

1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica ("Grupo"), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Telefónica S.A. ("Telefónica"), empresa *holding* do Grupo e localizada na Espanha, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, incluindo ações em tesouraria de 73,58% e 73,81%, respectivamente (nota 23).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa"). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADSs") classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("*New York Stock Exchange*" – "NYSE").

b) Operações

A Companhia atua na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão e autorização para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") e autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), respectivamente. Possui também autorizações para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como o SCM (comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga), Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC"), especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo.

Para a prestação do STFC, a Companhia possui concessão para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III (exceto os municípios que compõem o setor 33) e autorização para chamadas telefônicas originadas nas Regiões I e II, conforme estabelecido no Plano Geral de Outorgas ("PGO").

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, durante os 20 anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22). O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025.

A GVT Participações S.A. ("GVTPart.") é a controladora da Global Village Telecom S.A. ("GVT"), sociedades controladas pela Companhia a partir de 28 de maio de 2015 (nota 4). A GVT é a controladora direta da POP Internet Ltda. ("POP") e indireta da Innoweb Ltda. ("Innoweb"), sociedades com sede no Brasil, que atuam no ramo de telecomunicações e comunicações.

A GVT atua na prestação do STFC, SCM e TV por assinatura ("SEAC") em todo o território brasileiro. A POP é o provedor gratuito de acesso e conteúdo de *internet*. A Innoweb fornece serviços telefônicos com base na tecnologia VoIP, que possibilita a realização de chamadas via *internet* a custos mais baixos do que a telefonia convencional, utilizando circuitos dedicados.

A Companhia explora o SMP de acordo com as autorizações que lhes foram outorgadas. As autorizações de frequências concedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL") são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos (nota 22).

No leilão para venda das sobras de radiofrequência nas faixas de 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.500 MHz, realizado pela ANATEL em 17 de dezembro de 2015, a Companhia foi vencedora em sete lotes na frequência de 2.500MHz, tendo ofertado o montante de R\$185.450, sendo: lote E2 DDD11 Grande São Paulo R\$110.250; lote E18 DDD21 Grande Rio R\$55.000; lote E39 DDD48 Florianópolis e região R\$500; lote E43 DDD51 Grande Porto Alegre R\$16.690; lote E46 DDD54 Caxias do Sul e região R\$2.085; lote E51 DDD63 Palmas e região R\$400; e lote E58 DDD67 Dourados e região R\$525.

Dessa maneira, a Companhia incrementará sua capacidade de prestação de serviço com tecnologia 4G em importantes regiões do território nacional, com banda adicional de 10+10 MHz em complemento à banda de 20+20MHz adquirida na licitação de 2012.

O valor a ser pago e os termos de utilização observarão as regras estabelecidas no Edital e pela ANATEL.

No leilão para venda das faixas de frequência de 700 MHz nacionais para a prestação do SMP, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014, a Companhia foi a vencedora no lote 3 dentre os demais lotes ofertados. Em 8 de dezembro de 2014, foi publicado no Diário Oficial da União ("DOU") o extrato do Termo de Autorização assinado junto à ANATEL.

O valor total desta licença foi de R\$2.770.320, sendo:

- R\$1.657.502 referente ao valor total da licença de 700 MHz, pago na data da assinatura do Termo de Autorização.
- R\$1.112.818 (transação sem efeito caixa, ajustado a valor presente), referente à parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão, constituíram a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV ("EAD"), a qual é responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. Os recursos para estes procedimentos estão sendo repassados pelas operadoras em 4 parcelas anuais corrigidas pelo IGP-DI.
- Os montantes foram registrados: (i) em licenças no ativo intangível, sendo amortizados pelos prazos remanescentes da licença estipulados no Termo de Autorização (nota 14) e; (ii) em licenças de autorização no passivo circulante e não circulante, para o saldo remanescente a ser pago (nota 22).

A seguir, demonstramos um resumo das autorizações para a prestação do SMP, outorgadas para a Companhia.

Frequência	Vencimentos das Autorizações							
	450 MHz	700 MHz	800 MHz	900 MHz	1800 MHz	1900 MHz	2100 MHz	2,5 GHz
Banda	Banda 14 MHz	Banda 20 MHz	Banda 25 MHz	Banda 5 MHz	Banda 20 MHz	Banda 10 MHz	Banda 30 MHz	Banda 40 MHz
Área de Operação								
Região 1								
Rio de Janeiro	-	Dez/29	Nov/20 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Espírito Santo	-	Dez/29	Nov/23 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão	-	Dez/29	Nov/28 (1)	Abr/23	Abr/23	-	Abr/23	Out/27
Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro)	Out/27	Dez/29	Abr/23 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	Out/27	Dez/29	-	Abr/20 (10)	Abr/20 (10)	Abr/23 (3)	Abr/23 (9)	Out/27
Bahia	-	Dez/29	Jun/23 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Sergipe	Out/27	Dez/29	Dez/23 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte	Out/27	Dez/29	-	-	Abr/23	Dez/22 (2)	Abr/23	Out/27
Região 2								
Paraná (exceto Setor 20) e Santa Catarina	-	Dez/29	Abr/28 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Paraná Setor 20 (5)	-	Dez/29	Abr/28 (1)	-	Abr/23	-	Abr/23	Out/27
Rio Grande do Sul (exceto setor 30)	-	Dez/29	Dez/22 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Rio Grande do Sul (setor 30) (11)	-	Dez/29	-	-	Abr/23	Dez/22 (2)	Abr/23	Out/27
Distrito Federal	-	Dez/29	Jul/21 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Goiás e Tocantins	-	Dez/29	Out/23 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Goiás (setor 25) (7)	-	Dez/29	-	-	Abr/23	Dez/22 (2)	Abr/23	Out/27
Mato Grosso	-	Dez/29	Mar/24 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Mato Grosso do Sul (exceto setor 22)	-	Dez/29	Set/24 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Mato Grosso do Sul (setor 22) (6)	-	Dez/29	-	-	Abr/23	Dez/22 (2)	Abr/23	Out/27
Rondônia	-	Dez/29	Jul/24 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Acre	-	Dez/29	Jul/24 (1)	Abr/23	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
Região 3								
São Paulo	Out/27(4)	Dez/29	Ago/23 (1)	-	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23 (9)	Out/27
São Paulo (Ribeirão Preto, Guataporã e Bonfim Paulista)	Out/27(4)	Dez/29	Jan/24 (1)	-	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
São Paulo (área de Franca e região)	Out/27(4)	Dez/29	Ago/23 (1)	-	Abr/23	Abr/23 (3)	Abr/23	Out/27
São Paulo (setor 33) (8)	-	Dez/29	-	-	Abr/23	Dez/22 (2)	Abr/23	Out/27

- (1) Todos os termos de autorização das bandas A e B já foram renovados por mais 15 anos. Portanto, não cabe outra renovação (completado 30 anos de autorização).
- (2) Os termos de autorização da banda L que estavam atrelados às bandas A ou B foram renovados no mesmo período dessas bandas.

- (3) As bandas L que foram realinhadas à banda J passam a ter a mesma data para renovação dessa última (cálculo do preço de realinhamento contemplou esse ponto).
- (4) Em São Paulo, somente nos municípios com CN de 13 a 19, a Companhia detém a licença de 450 MHz com vencimento em 18/10/27.
- (5) Paraná - Setor 20 do PGO - municípios de Londrina e Tamarana.
- (6) Mato Grosso do Sul - Setor 22 do PGO - município de Paranaíba.
- (7) Goiás - Setor 25 do PGO - municípios de Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão.
- (8) São Paulo - setor 33 do PGO – municípios de Altinópolis, Aramina, Batatais, Brodosqui, Buritizal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Colômbia, Franca, Guairá, Guará, Ipuã, Ituverava, Jardinópolis, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Ribeirão Corrente, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria e São Joaquim da Barra.
- (9) Extrato do TA nº 42/2008 (MG) e TA nº 21/2008 (SP), publicado no DOU de 29/4/08 e também em 30/4/08, apesar da ANATEL utilizar 30/4/08 para efeitos de controle, a Companhia utiliza a data mais conservadora de 29/4/08.
- (10) Próximos Termos a serem renovados - banda E (MG - Setor 3 - CTBC).
- (11) Rio Grande do Sul – setor 30 – municípios de Pelotas, Morro Redondo, Capão do Leão e Turuçu.

As concessões e autorizações são outorgadas pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

c) Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália, S.p.A.

A seguir, apresentamos um breve histórico dos eventos ocorridos no acordo entre a Telefónica e a Telecom Itália, S.p.A. (“Telecom Itália”).

A TELCO S.p.A. (“TELCO”) tem uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, sendo a maior acionista dessa companhia.

A Telefónica detém controle indireto da Telefônica Brasil e a Telecom Itália detém participação indireta na TIM S.A. (“TIM”), empresa de telecomunicações no Brasil. Nem a Telefónica, nem a Telefônica Brasil e nem qualquer outra sociedade coligada à Telefónica têm qualquer influência, envolvimento ou poder de decisão sobre as atividades da TIM no Brasil e está legalmente e contratualmente impedida de exercer qualquer poder político decorrente de sua participação acionária indireta em relação às operações da TIM no Brasil. A TIM (Brasil) e a Telefônica Brasil competem em todos os mercados que atuam no Brasil em permanente tensão competitiva e, nesse contexto, assim como em relação aos demais agentes econômicos da indústria de telecomunicações, mantêm relações contratuais usuais e costumeiras entre si (muitas delas regulamentadas e fiscalizadas pela ANATEL) e/ou, conforme aplicável, de conhecimento da ANATEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), no contexto dos compromissos assumidos com esses órgãos para garantir a independência absoluta das suas operações.

Em 24 de setembro de 2013, a Telefónica realizou um acordo com os demais acionistas da TELCO, segundo o qual a Telefónica subscreveu e integralizou um aumento de capital na TELCO mediante um aporte de 324 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO. Como resultado deste aumento de capital, a participação da Telefónica no capital com direito a voto na TELCO não foi alterada, embora sua participação econômica tenha passado a ser de 66%. Desse modo, se manteve inalterada a governança da TELCO e, portanto, todas as obrigações da Telefónica de se abster de participar ou influenciar as decisões que afetam os mercados em que ambas as empresas estão presentes.

Em 16 de junho de 2014, os acionistas italianos da TELCO resolveram exercer o seu direito de requisição de cisão assegurado pelo Acordo de Acionistas da sociedade. A cisão foi aprovada em assembleia geral dos acionistas da TELCO no dia 9 de julho de 2014, sendo sujeita à autorização prévia das autoridades competentes, inclusive do CADE e da ANATEL no Brasil.

Em 22 de dezembro de 2014 e 12 de março de 2015, a ANATEL autorizou a cisão da TELCO, uma operação que teve efeitos na operação de permuta de ações (“*swap*”) com a Vivendi S.A. (“Vivendi”). Na operação de *swap* acordada entre a Telefónica e a Vivendi, a Vivendi trocava a totalidade de sua participação votante e parte de sua participação não votante na Companhia por uma parcela da participação indireta detida pela Telefónica na Telecom Itália, sujeita a determinadas condições como a proibição da Vivendi aumentar sua participação na Companhia.

Na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015, foi aprovada a cisão da TELCO e a operação de *swap* acordada entre a Telefónica e a Vivendi, sujeita à execução de acordos em controle de concentrações.

Em 24 de junho de 2015, foi concluída a operação de *swap* de ações entre a Telefónica e a Vivendi, através de sua controlada *Société d'Investissements et de Gestion 108 SAS* ("FrHolding108"), por meio da qual a FrHolding108 transferiu à Telefónica ações representando 4,5% do capital social da Companhia em troca de 1.110.000.000 ações representando 8,2% das ações ordinárias da Telecom Itália, anteriormente detidas pela TELCO.

Em 29 de julho de 2015, após o fechamento da Bolsa de Valores de Nova York (*New York Stock Exchange*) a Vivendi alienou a totalidade das ações preferenciais da Companhia, representando 4% de seu capital social. Nesta mesma data, foi concluída a operação de *swap* de ações entre a Telefónica e a FrHolding108. Desta forma, a partir desta data, a FrHolding108 não detém qualquer participação acionária na Companhia.

Em decorrência do exposto acima, a Telefónica não detém, direta ou indiretamente, qualquer participação na TELCO em 31 de dezembro de 2015.

d) Reestruturação Societária

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de maio de 2015, foi aprovada a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart. e de 675.571 ações da GVT, bem como a incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia. Em decorrência destes atos, a Companhia tornou-se a única acionista da GVTPart. e controladora indireta da GVT, POP e Innoweb.

Concluídas as etapas mencionadas acima, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de setembro de 2015, foi apreciada a proposta de Reestruturação Societária envolvendo a Companhia, sua subsidiária integral (GVTPart.) e suas controladas indiretas (GVT e POP) de modo que ao final do processo, os serviços prestados pela GVT que não sejam enquadrados como serviços de telecomunicações serão concentrados na POP e os serviços de telecomunicações serão concentrados na Companhia.

Considerando que na implantação da Reestruturação Societária todas as sociedades envolvidas são subsidiárias integrais ou controladas indiretas da Companhia, não haverá o direito de recesso aos acionistas da Companhia (nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada), uma vez que as operações previstas não afetarão a estrutura societária e não acarretarão em aumento de capital e emissão de novas ações da Companhia.

A ANATEL, em reunião de seu Conselho Diretor, realizada em 4 de novembro de 2015, concedeu a anuência prévia à Reestruturação Societária, sujeita a condicionantes esperadas e compatíveis com aquelas impostas em outras transações semelhantes e, seu teor será publicado pela ANATEL no DOU. A Companhia efetuará comunicação complementar, contendo maiores detalhes a respeito dos termos e condições da Reestruturação Societária, assim como respectivo edital de convocação da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que deliberará sobre o tema.

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria, em reunião realizada em 15 de fevereiro de 2016, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2016.

2.2) Bases de Preparação e Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma), que é a moeda funcional da Companhia, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelo IFRS.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, bem como ativos não financeiros adquiridos em uma combinação de negócios, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de *hedge* a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de *hedge*.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Algumas rubricas dos quadros que compõem as notas explicativas e a Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, quando aplicável.

Para a comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, deve-se considerar os efeitos da consolidação da GVTPart. a partir de 1º de maio de 2015.

A Companhia, visando atender o disposto na Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015, apresenta na nota 36 as demonstrações dos resultados consolidados pró-forma (não auditadas ou revisadas) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC vigentes em 31 de dezembro de 2015, que são as mesmas seguidas para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, exceto pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *IFRS Interpretations Committee* (“IFRIC”), descritos a seguir, que entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

IAS 19 Defined Benefit Plans: Employee Contributions – Amendments to IAS 19 (Benefícios aos Empregados: Contribuições dos empregados - Revisões da IAS 19): Essas revisões exigem que uma entidade considere as contribuições dos empregados ou terceiros na contabilização dos planos de benefícios definidos. Essas alterações exigem que tais contribuições que estão ligadas ao serviço sejam atribuídas aos períodos de serviço como benefício negativo. As alterações esclarecem que, se o montante das contribuições é independente do número de anos de serviço, a entidade está autorizada a reconhecer tais contribuições, como redução do custo do serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar essas contribuições para os períodos de serviço. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A aplicação da revisão desta norma não causou impactos na posição financeira da Companhia.

Melhorias anuais – Ciclo 2010 – 2012:

- *IFRS 2 Share Based Payments* (Pagamento Baseado em Ações): As alterações desta norma mudaram as definições relativas às condições de aquisição e sua aplicação foi efetiva a partir de 1º de julho de 2014. A aplicação das alterações desta norma não causou impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

- IFRS 3 Business Combinations (Combinação de Negócios): As alterações desta norma mudaram a contabilização de contraprestação contingente em combinação de negócios. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da *IFRS 9 Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros). Estas alterações são efetivas para novas combinações de negócios a partir de 1º julho de 2014. A Companhia considerou a aplicação destas alterações para a combinação de negócios ocorrida na aquisição da GVTPart. (nota 4).
- IFRS 8 Operating Segments (Operação por Segmento): As alterações desta norma estão relacionadas: i) com a agregação de segmentos operacionais, que podem ser combinados/agregados caso estejam de acordo com o princípio fundamental da norma, ou seja, se os segmentos têm características econômicas semelhantes e se forem semelhantes em outros aspectos qualitativos. Se eles são combinados, a entidade deve divulgar as características econômicas utilizadas para avaliar se os segmentos são semelhantes; e ii) a reconciliação da segmentação dos ativos, só é requerida como obrigatória a ser divulgada, se esta reconciliação é utilizada pelo principal tomador de decisões da sociedade, similar à divulgação necessária para os passivos.

Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º julho de 2014. Considerando o fato de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional, a aplicação das alterações desta norma não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 16 Property, Plant and Equipment and IAS 38 Intangible Assets (Ativo Imobilizado e Ativo Intangível): As alterações dos itens IAS 16.35 (a) e IAS 38.80 (a) esclarecem que a reavaliação pode ser feita da seguinte forma: (i) ajustar a quantia escriturada bruta do ativo ao valor de mercado ou (ii) determinar o valor de mercado e ajustar a quantia escriturada bruta proporcionalmente, de modo que a quantia escriturada resultante seja igual ao valor de mercado. O IASB também esclareceu que a depreciação/amortização acumulada é a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor contábil do ativo (ou seja, valor escriturado bruto - depreciação/amortização acumulada = valor contábil). A alteração ao IAS 16.35 (b) e IAS 38.80 (b) esclarece que a depreciação/amortização acumulada é eliminada de modo que a quantia escriturada bruta e valor contábil seja igual ao valor de mercado. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. Considerando que a reavaliação de ativo imobilizado ou intangível não é permitida no Brasil, a aplicação das alterações desta norma não causou impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 24 Related Party Disclosures (Divulgações de Partes Relacionadas): A alteração desta norma esclarece que uma entidade de gestão de outra entidade que fornece profissional-chave para prestação de serviços de gestão é um tema relacionado às divulgações de partes relacionadas. Além disso, uma entidade que utiliza uma entidade de gestão deve divulgar as despesas incorridas por serviços de gestão. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A aplicação das alterações desta norma não causou impactos relevantes nas divulgações de partes relacionadas da Companhia.

Melhorias anuais – Ciclo 2011 – 2013:

- IFRS 3 Business Combinations (Combinação de Negócios): As alterações desta norma esclarecem que os acordos conjuntos (não apenas *joint ventures*) não estão contemplados na aplicação da IFRS 3. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma prospectiva. A aplicação das alterações desta norma não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo): A alteração desta norma está relacionada com a aplicação da exceção do portfolio de ativos financeiros, passivos financeiros e outros contratos. Esta alteração entrou em vigor a partir de 1º julho de 2014. A aplicação da alteração desta norma não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 40 Investment Property (Propriedades de Investimento): A alteração desta norma esclarece a relação entre as definições da IFRS 3 e IAS 40 na classificação da propriedade como propriedade para investimento ou propriedades ocupadas pelo proprietário. A descrição de serviços auxiliares no IAS 40 que diferencia entre propriedades de investimento e proprietário do imóvel ocupado (IFRS 3) é usada para determinar se a operação é a compra de um ativo ou de uma combinação de negócios. Esta alteração passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2014 de forma prospectiva. A aplicação da alteração desta norma não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Vigência a partir de:
<u>Melhorias anuais IFRS Ciclo 2012 a 2014, incluem:</u>	
<i>IFRS 5 Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations</i> (Ativos Não Correntes Destinados a Venda e Operações Descontinuadas), revisão.	1º de janeiro de 2016
<i>IFRS 7 Financial Instruments: Disclosures</i> (Instrumentos Financeiros: Divulgações), revisão.	
<i>IAS 19 Employee Benefits</i> (Benefícios a Empregados), revisão.	
<i>IAS 34 Interim Financial Reporting</i> (Relatórios Financeiros Intermediários), revisão.	
<i>IAS 1 Disclosure Initiative</i> (Iniciativas de Divulgação), revisão.	1º de janeiro de 2016
<i>IFRS 10, 12 and IAS 28 Investment Entities: Applying the Consolidation Excepcion</i> (Aplicando a Exceção na Consolidação), revisão.	1º de janeiro de 2016
<i>IFRS 11 Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations</i> (Contabilizações de Aquisições de Acordos Conjuntos), revisão.	1º de janeiro de 2016
<i>IFRS 14 Regulatory Deferral Accounts</i> (Contas de Diferimento Regulatórias), emissão.	1º de janeiro de 2016
<i>IAS 16 and IAS 38 Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization</i> (Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização), revisão.	1º de janeiro de 2016
<i>Amendments to IAS 27 Equity Method in Separate Financial Statements</i> (Emendas à IAS 27 Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas), revisão.	1º de janeiro de 2016
<i>IFRS 9 Financial Instruments</i> (Instrumentos Financeiros), emissão da versão final.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers</i> (Receita de Contratos com Clientes), emissão.	1º de janeiro de 2018
<i>IFRS 16 Leases</i> (Arrendamentos), emissão.	1º de janeiro de 2019

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória. Com base nas análises realizadas, a Companhia estima que a adoção da maioria destas normas, alterações e melhorias não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no período de aplicação inicial. No entanto, IFRS 15 é susceptível de ter um impacto no período e valor de reconhecimento de receita em relação a certas operações de receitas. O Grupo Telefônica está atualmente avaliando o impacto da aplicação desta norma. Além disso, as alterações introduzidas pelo IFRS 9 afetarão os instrumentos financeiros e operações com instrumentos financeiros realizadas em ou após 1º de janeiro de 2018. Além disso, o IFRS 16 requer que a Companhia informe os ativos e passivos sujeitos a arrendamentos (exceto arrendamento de curto prazo e arrendamentos de baixo valor). Assim, as alterações introduzidas pelo IFRS 16 são susceptíveis de ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: i) poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); ii) exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: i) o acordo contratual com outros detentores de voto da investida; ii) direitos originados de acordos contratuais; e iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia detinha participação societária nas seguintes sociedades, conforme segue:

Investidas	Tipo de investimento	% de participação		País (Sede)	Atividade principal
		Em 31.12.15	Em 31.12.14		
Telefônica Data S.A. ("TData")	Controlada integral	100,00%	100,00%	Brasil	Telecomunicações
GVT Participações S.A. ("GVTPart.") (nota 4)	Controlada integral	100,00%	-	Brasil	Telecomunicações
Aliança Atlântica Holging B.V. ("Aliança")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Holanda	Holding, atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Exploração de rede subterrâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações ("ACT")	Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e controladas consideram equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações (nota 5).

b) Contas a receber, líquidas

Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios e locação de equipamentos de informática (produto "Soluciona TI" da TData). As perdas estimadas para redução ao valor recuperável são constituídas em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada (nota 6).

c) Estoques

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda (nota 7).

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável de tempo.

d) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos (nota 10).

e) Investimentos

As participações societárias em investidas (controladas ou de controle conjunto) estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento em controladas é eliminado integralmente e os investimentos de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial sem serem eliminados.

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária.

A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controle conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em outros resultados abrangentes ("Diferença de conversão de investimentos no exterior", nota 23).

f) Imobilizado, líquido

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), os quais foram registrados como tributos a recuperar e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhora a funcionalidade ou aumenta a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados.

Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 19) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil em termos de taxas de depreciação, que é revisada anualmente, está demonstrada na nota 13.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Segue uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado, nota 13:

- Equipamentos de comutação: compreendem centrais de comutação e controle, *gateway*, plataformas e outros equipamentos de comutação.
- Equipamentos e meios de transmissão: compreendem estação rádio base, microcélulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos e meios de transmissão.
- Equipamentos terminais/modens: compreendem aparelhos celulares e modens (aluguel e comodato), centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.
- Infraestrutura: compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, container, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.
- Outros ativos imobilizados: compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

g) Intangível, líquido

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

- Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

Segue uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida, nota 14:

- Softwares: compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.
- Carteira de clientes: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.
- Marcas: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.
- Licenças: compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.

h) Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamento mercantil financeiro: são contratos de em que o arrendatário obtém basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado. Esses contratos são capitalizados (ativo imobilizado) no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos do arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros no passivo reconhecido são apropriados no resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os bens arrendados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada dos bens.

- Como arrendatária: referem-se a contratos de aluguel de equipamentos e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede óptica associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia e contratos de aluguel de torres e *rooftops* (decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro), para os quais manteve inalterado o valor residual dos mencionados ativos no momento da venda, reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e registrou uma receita diferida no valor da diferença entre o preço de venda e o mencionado valor presente (nota 13e).

- Como arrendadora: Referem-se a contratos de aluguel de equipamentos de informática (produto “Soluciona TI”), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida nas contas a receber (nota 6).

A diferença entre o valor nominal das parcelas e as contas a receber/pagar registradas é reconhecida como receita/despesa financeira com base no método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Arrendamento mercantil operacional: são contratos de arrendamento em que o arrendador não transfere parte significativa dos riscos e benefícios, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

i) Análise de recuperabilidade dos ativos, não financeiros

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa (“UGC”) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital “*The Capital Asset Pricing Model*” (“CAPM”) (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGC.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

- Avaliação do valor em uso: As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

Receitas: As receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado;

Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

Investimentos de capital: Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, visto que o valor recuperável excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

j) Combinações de negócios e ágios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos são avaliados com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas na demonstração dos resultados ou em outros resultados abrangentes. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da *IFRS 9*.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às UGCs que se espera que seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de UGCs e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação às UGCs mantidas.

k) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

k.1) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A classificação dos seus ativos financeiros é determinada no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que há o compromisso de comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração dos resultados.

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados, se e quando aplicável.

Investimentos mantidos até o vencimento: os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando houver a manifestação da intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos e as perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados, se e quando aplicável. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem se vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos na demonstração dos resultados.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas na demonstração dos resultados, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixas):

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o mesmo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo com esse ativo.

k.2) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e controladas avaliam na data do encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia e controladas avaliam individualmente se existem evidências claras de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se houver a conclusão que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia ou controladas. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração dos resultados.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

A Companhia e controladas avaliam na data de encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva de que o investimento não é recuperável.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada (mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida na demonstração dos resultados) é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecido na demonstração dos resultados.

Subsequente, os juros são computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é contabilizada no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração dos resultados, a perda por redução ao valor recuperável não é revertida.

k.3) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, é determinada a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia e controladas incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia e controladas não designaram nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

k.4) Instrumentos financeiros – Apresentação Líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

l) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia e controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia e controladas classificam formalmente e documentam a relação de *hedge*, à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia e controladas avaliarão a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto ao *hedge* de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista e objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos para a transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos base para os quais foram destinados.

Os contratos da Companhia e controladas são classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

A Companhia e controladas utilizam contratos de câmbio a termo para oferecer proteção contra a sua exposição ao risco cambial relacionada a transações previstas futuras altamente prováveis e a compromissos firmes.

Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os instrumentos derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia e controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Para todos os ativos e passivos que o valor justo deva ser mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras o seu valor justo é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício social.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme descrito anteriormente.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

n) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Companhia e controladas não capitalizaram montantes relativos a custos de empréstimos.

o) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira provisionam nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentações destas demonstrações financeiras reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

p) Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias.

Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia e controladas são partes em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sítes* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo (nota 4).

q) Tributos

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") ou Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. As demais receitas auferidas pela Companhia, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Lei nº 12.973/14

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a lei nº 12.973/14, resultante da conversão da Medida Provisória nº 627/13. Esta lei regulamenta os efeitos fiscais decorrentes da adequação das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional definido pelo IFRS e encerra o Regime Transitório de Tributação ("RTT"), instituído pela lei nº 11.941/09, sendo sua aplicação obrigatória a todas as empresas a partir de 1º de janeiro de 2015.

A Instrução Normativa nº 1499, de 15 de outubro de 2014, publicada no DOU em 16 de outubro de 2014, determinou que a Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais ("DCTF") de dezembro de 2014 foi a base para a manifestação da opção da aplicação para o ano-calendário de 2014 das regras previstas nos artigos 1º, 2º e 4º a 70º ou pelas regras previstas nos artigos 76º a 92º da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

Com o objetivo de regulamentar os procedimentos tributários instituídos pela lei nº 12.973/14, em 27 de julho de 2015 foi editada a IN RFB nº 1.575 alterando as disposições da IN RFB nº 1.515/14 sobre a evidenciação das diferenças existentes entre a contabilidade societária e a contabilidade fiscal.

Ressalta-se que os ajustes de adição ou exclusão na apuração do lucro real das diferenças entre os critérios de avaliação de ativos e passivos existentes entre a contabilidade fiscal e a societária, na data da adoção inicial da Lei nº 12.973/14, disciplinada na IN RFB nº 1.515/14, buscam a neutralidade fiscal e, para tanto, as referidas diferenças devem agora ser controladas em subcontas contábeis distintas.

A opção da Companhia para a adoção da aplicação das regras previstas nos artigos 1º, 2º e 4º a 70º da referida Lei, foi declarada à Receita Federal do Brasil ("RFB") através da DCTF de agosto de 2014, entregue em outubro do mesmo ano.

r) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia ou controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia ou controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: i) espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; ii) for mantido principalmente para negociação; iii) espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: i) espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; ii) for mantido principalmente para negociação; iii) espera-se liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

s) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados no resultado financeiro na demonstração dos resultados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

t) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando houver o recebimento de benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração dos resultados ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

Caso os empréstimos ou assistência similares sejam disponibilizados pelos governos ou instituições relacionadas com uma taxa de juros inferior à taxa de mercado atual aplicável, o efeito favorável desses juros é considerado como subsídio adicional do governo.

Para as linhas de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), cujas taxas de juros são inferiores às taxas praticadas no mercado, enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7, as mesmas estão registradas a valor justo com base nas taxas de mercado, sendo o ajuste decorrente da comparação do valor mensurado com base na taxa contratada, contabilizado como receita diferida (nota 20).

u) Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias e outras receitas, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão que o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável e que seja provável que benefícios econômicos sejam transferidos à Companhia ou controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia ou controladas.

As receitas consolidadas compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, dados, TV e serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes, remuneração pelo uso da rede e vendas de mercadorias.

Reconhecimento das receitas de serviços de telecomunicações

As receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. As receitas não faturadas entre a data do último faturamento até a data do balanço são apuradas e reconhecidas no mês em que o serviço é prestado.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos e aos créditos de recarga de celulares pré pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro (produto Soluciona TI da TData), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS (conforme o caso), PIS e COFINS.

Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias

As receitas e os custos de vendas de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são registrados quando os riscos e benefícios das mercadorias são transferidos aos compradores.

Vendas efetuadas em lojas próprias são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de agentes credenciados (*dealers*) são diferidas e reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho, limitado a 90 dias da data da venda.

Programa de fidelização

A Companhia mantém um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permitem acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. A parcela da receita referente ao valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferida e reconhecida na demonstração dos resultados no momento do resgate dos pontos.

Para a definição da quantidade de pontos a serem contabilizados, são aplicadas técnicas estatísticas que consideram premissas e históricos sobre taxas de resgate esperadas, percentuais de expiração e cancelamentos de pontos entre outros. Essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas em função de mudanças no comportamento de resgates dos clientes.

Taxa de adesão e campanhas promocionais

As taxas de habilitação pagas pelos clientes da Companhia para possibilitá-los a participar das campanhas promocionais são diferidas e lançadas no resultado ao longo do período de duração da referida campanha.

Acordos que combinam mais de um elemento

As ofertas de pacotes comerciais que combinam diferentes elementos são analisadas para determinar se é necessário separar os distintos elementos identificados, aplicando em cada caso o critério de reconhecimento de receitas apropriado. A receita total gerada pela venda do pacote é distribuída entre seus elementos baseados nos respectivos valores justos.

A determinação dos valores justos de cada um dos elementos identificados implica na necessidade de realizar estimativas complexas devido à própria natureza do negócio. A ocorrência de uma mudança nas estimativas dos valores justos relativos poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, conseqüentemente as receitas diferidas.

v) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, operações com derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

w) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A Companhia e controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal – NTN's), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado permanentemente para o resultado.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

x) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia e controladas analisam periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios e outros ativos. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Ativo imobilizado e intangível de vida útil definida

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor dos ativos tangíveis e intangíveis, é registrado um ajuste do valor na demonstração dos resultados do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como o montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Reconhecimento de receita – Programa de Fidelização de Cliente

A Companhia estima o valor justo dos pontos atribuídos no âmbito do programa de fidelização de clientes através da aplicação de técnicas estatísticas. As entradas para o modelo incluem fazer suposições sobre as taxas de resgate esperados, o *mix* de produtos que estarão disponíveis para resgate no futuro e preferências dos clientes quanto a utilização dos pontos. Como os pontos emitidos não expiram, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

Acordos que combinam mais de um elemento

A determinação do valor justo de cada elemento em um acordo de múltiplos elementos, requer estimativas complexas devido à natureza do negócio. Uma possível alteração nas estimativas de valor justo poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, conseqüentemente as receitas diferidas.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e controladas.

A Companhia e controladas avaliam a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia ou controladas de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia e controladas, como conseqüência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente como conseqüência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia ou controladas assumirão determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

y) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado financeiro na demonstração dos resultados. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes.

z) Conversão de transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio ("Ptax") na data da transação e convertidos subsequentemente usando a Ptax na data das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas resultantes da conversão desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos na demonstração dos resultados.

aa) Participação dos empregados nos resultados

A Companhia e controladas possuem obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

ab) Transações envolvendo pagamento em ações

A Companhia e controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora (Telefônica), para seus dirigentes e empregados baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de sua outorga, utilizando modelo binomial de valorização. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a aquisição.

ac) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

ad) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

ae) Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

Em relação à aquisição das licenças de 700MHz em 8 de dezembro de 2014, no valor total de R\$2.770.320, o montante de R\$1.112.818 não teve impacto no caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, considerando que ele está sendo pago em parcelas. O total pago em 2015 foi de R\$370.379.

A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

4) AQUISIÇÃO DA GVT PARTICIPAÇÕES S.A. (“GVTPart.”)

A Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, informou ao mercado que, em 28 de maio de 2015, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”), a ratificação do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças (*Stock Purchase Agreement and Other Covenants*) celebrado entre a Companhia, na qualidade de “Compradora”, e a Vivendi e suas subsidiárias (*Société d’Investissements et de Gestion 108 SAS - “FRHolding108” e Société d’Investissements et de Gestion 72 S.A.*), na qualidade de “Vendedoras”, por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVTPart. foi adquirida pela Companhia.

A contraprestação pela aquisição das ações da GVTPart. foi efetuada da seguinte forma:

- Uma parcela de €4.663 milhões paga à vista e em dinheiro, após os ajustes determinados nos termos do contrato, na data de fechamento, e
- Uma parcela em ações de emissão da Companhia entregues à *FRHolding108* em decorrência da incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia, representativas de 12% do capital social da Companhia após a incorporação de ações.

Em decorrência da incorporação de ações da GVTPart., o capital da Companhia foi aumentado em R\$9.666.021, mediante a emissão de 68.597.306 ações ordinárias e 134.320.885 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, considerando o valor econômico das ações incorporadas, apurado por meio do método do fluxo de caixa descontado, com base no Laudo de Valor Econômico da GVTPart. elaborado por empresa especializada, em conformidade com o disposto no artigo nº 252, parágrafo 1º, combinado com o artigo nº 8, ambos da Lei nº 6.404/76. A diferença entre o valor econômico das ações incorporadas e o valor de mercado das ações emitidas na data de fechamento da transação foi reconhecida em “Outras Reservas de Capital” no montante de R\$1.188.707.

Esta operação estava sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o CADE e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação. A ANATEL aprovou nos termos do Ato 448, de 22 de janeiro de 2015, publicado no DOU de 26 de janeiro de 2015 e o CADE aprovou na 61ª sessão ordinária de julgamento do Tribunal do CADE, realizada em 25 de março de 2015 e publicada no DOU de 31 de março de 2015.

Com a conclusão da aquisição em 28 de maio de 2015, a Companhia passou a ser a controladora direta da GVTPart. e indireta da GVT. A GVTPart. tem sede no Brasil e tem como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Sua controlada direta (GVT) atua na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional.

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

O preço de aquisição, está demonstrado a seguir:

Contraprestação bruta em dinheiro (Euros 4,663 bilhões)	15.964.853
(-) Ajustes do Contrato (Dívida Líquida)	(7.060.899)
Montante da contraprestação líquida em dinheiro	8.903.954
(+) Contraprestação Contingente	344.217
(+) Contraprestação em Ações a Valor Justo	8.477.314
(-) Ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> sobre a Operação, líquidos de tributos (a)	(377.373)
(-) Reembolso conforme cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA	(84.598)
Contraprestação total, líquida de <i>Cash Flow Hedge</i>	17.263.514

(a) Operações com derivativos, referem-se a *hedges* de fluxo de caixa para proteger o montante exposto a variação cambial em euros devido à Vivendi, referente a aquisição da GVTPart.

Demonstramos a seguir, a composição do valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$4.426.373, bem como o ágio gerado na data da aquisição. Adicionalmente, a seguir são detalhados os montantes de valor justo alocados a cada grupo de conta, que consideram atualizações da última divulgação por novos fatos e que segundo as normas contábeis é permitido durante um período de 12 meses contados da data de aquisição.

Ativo circulante	1.557.651	Passivo circulante	5.299.662
Caixa e equivalentes de caixa	390.255	Pessoal, encargos e benefícios sociais	170.989
Contas a receber, líquidas	947.378	Fornecedores	611.425
Estoques	4.641	Impostos, taxas e contribuições	346.569
Tributos a recuperar	147.057	Empréstimos e financiamentos	3.968.615
Outros ativos	68.320	Provisões	17.866
		Outras obrigações	184.198
Ativo não circulante	12.026.239	Passivo não circulante	3.857.855
Aplicações financeiras em garantia	17.871	Fornecedores	67.742
Tributos a recuperar	65.798	Impostos, taxas e contribuições	1.342
Tributos diferidos (4)	610.873	Empréstimos e financiamentos	3.088.414
Depósitos e bloqueios judiciais	551.275	Provisões (3)	679.294
Outros ativos	7.052	Outras obrigações	21.063
Imobilizado, líquido (1)	7.970.117		
Intangível, líquido (2)	2.803.253		
		Valor justo dos passivos assumidos	9.157.517
		Valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos	4.426.373
		Ágio (5)	12.837.141
Valor justo dos ativos adquiridos	13.583.890	Contraprestação total, líquido de Cash Flow Hedge	17.263.514

- (1) Inclui a alocação do valor da mais valia de itens do imobilizado (R\$409.601).
- (2) Inclui a alocação do valor justo atribuído a marca (R\$59.000) e a carteira de clientes (R\$2.523.000) e a mais valia e outros intangível (R\$20.394).
- (3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente (R\$512.648).
- (4) Inclui a alocação do valor dos tributos diferidos incidentes sobre o passivo contingente (R\$174.300).
- (5) Refere-se ao valor do ágio apurado na aquisição da GVTPart. com a expectativa de sinergias futuras da combinação dos negócios da adquirida, que poderá vir a ser utilizado para fins fiscais, com parcela indedutível atualmente estimada em R\$549.413, o qual encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart.. Estima-se que esta análise será concluída em breve, assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

A aquisição do controle da GVTPart. pela Companhia teve como objetivo principal propiciar a integração dos negócios de telecomunicações fixos, móveis, dados e TV no Brasil, de forma a poder operar de maneira eficiente. A aquisição da GVTPart. permite à Companhia obter sinergias significativas em receitas e custos, gerando oportunidades de vendas cruzadas tanto no mercado pessoal quanto no corporativo, além de permitir a otimização de investimentos, melhoria da qualidade do serviço, redução de custos de conteúdo, aquisição e plataforma no negócio de TV por assinatura, devido às economias com o aumento de escala e, por último, na redução das despesas gerais e administrativas, não afetando o potencial de crescimento da Companhia.

Os métodos e premissas utilizados para a determinação desses valores justos foram os seguintes:

Carteira de clientes

A carteira de clientes foi avaliada pelo método MEEM (*"Multi-period Excess Earnings Method"*), que é baseado em um cálculo de desconto de fluxos de caixa dos benefícios econômicos futuros atribuíveis à base de clientes, líquidas das eliminações das obrigações de contribuições implicados em sua geração. Para estimar a vida útil remanescente da base de clientes, foi feita uma análise da duração média das relações com os clientes utilizando-se de um método de taxa de retirada.

O objetivo dessa análise de vidas é estimar uma curva de subsistência que preveja os perfis de rotatividade futuros associados à atual base de clientes. Como aproximação da curva de subsistência dos clientes, foram consideradas as denominadas "curvas de Iowa". O valor justo alocado à carteira de clientes na data de aquisição foi de R\$2.523.000, o qual será amortizado pelo prazo médio de 7,77 anos.

Marca

O valor justo da marca “GVT” foi calculado considerando o método de “*relief-from-royalty*”. De acordo com este método, o valor do ativo é determinado capitalizando-se os *royalties* que são economizados pelo fato de ter a propriedade intelectual. Em outras palavras, o dono da marca obtém um lucro por possuir o ativo intangível em vez de ter de pagar *royalties* por sua utilização. A economia de *royalties* foi determinada aplicando-se uma taxa de *royalties* de mercado (expressa como uma porcentagem sobre receitas) às receitas futuras que se espera obter com a venda do produto ou serviço associado ao ativo intangível. Uma taxa de *royalties* de mercado é a taxa normalmente expressada como uma porcentagem das receitas líquidas, que um proprietário interessado cobraria de um usuário interessado na utilização de um ativo de sua propriedade em uma transação de mercado, estando ambas as partes devidamente informadas. O valor justo alocado à marca na data de aquisição foi de R\$59.000, o qual será amortizado pelo prazo de 1,5 anos.

Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso a GVT tenha êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos.

O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição é de R\$344.217, registrado no passivo não circulante da Companhia no grupo “Empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e contraprestação contingente” (nota 21), o qual está sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

Valor Justo do Passivo Contingente

De acordo com o IFRS 3 (R)/CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores, foi reconhecido nesta aquisição, passivos contingentes a valor justo de R\$512.648, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição (nota 19).

Natureza	Na data da aquisição	Em 31/12/15
Tributárias	461.548	501.800
Trabalhistas	35.955	39.188
Cíveis	7.799	7.759
Regulatórias	7.346	8.152
Total	512.648	556.899

Outras Informações

Análise do fluxo de caixa na aquisição	R\$ mil
Custos de transação na aquisição (incluído em caixa gerado nas operações)	(13.776)
Caixa e equivalentes de caixa na sociedade adquirida (incluído em caixa nas atividades de investimento)	390.255
Saldo líquido de caixa e equivalentes de caixa na aquisição	376.479

Até a conclusão destas demonstrações financeiras, os custos da transação incorridos eram de R\$13.776, contabilizados no resultado da Companhia e incluídos nas despesas operacionais.

O valor justo das contas a receber de serviços prestados totaliza R\$947.378, o qual não difere do valor de livros composto por um valor bruto de R\$1.271.314, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$323.936.

Desde a data de aquisição até a conclusão destas demonstrações financeiras, a GVTPart. contribuiu com R\$3.999.751 de receita operacional líquida combinada e R\$101.030 de lucro líquido combinado para a Companhia. A nota 36, demonstra os efeitos pró-forma da aquisição da GVTPart. sobre os resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Na data da conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas a Companhia encontra-se em fase de revisão e ajustes da determinação do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos da GVTPart.. Estima-se que esta análise será concluída em breve, assim que a Administração tiver todas as informações relevantes dos fatos, não ultrapassando o período máximo de 12 meses da data de aquisição.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Caixa e contas bancárias	201.294	63.136	233.742	64.010
Aplicações financeiras	4.005.301	3.772.168	5.103.103	4.628.679
Total	4.206.595	3.835.304	5.336.845	4.692.689

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

6) CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Valores faturados	5.605.057	4.957.574	6.959.513	5.538.184
Valores a faturar	1.490.470	1.280.851	2.111.746	1.410.273
Valores de interconexão	1.531.352	1.579.277	1.555.480	1.579.277
Valores com partes relacionadas (nota 30)	241.233	157.306	206.957	115.048
Contas a receber bruto	8.868.112	7.975.008	10.833.696	8.642.782
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.650.112)	(1.313.956)	(2.217.926)	(1.619.316)
Total	7.218.000	6.661.052	8.615.770	7.023.466
Circulante	7.000.379	6.470.764	8.285.319	6.724.061
Não circulante	217.621	190.288	330.451	299.405

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluem:

- Em 31 de dezembro de 2015, R\$217.621 (R\$190.288 em 31 de dezembro de 2014), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 31 de dezembro de 2015, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$59.378 (R\$29.872 em 31 de dezembro de 2014).
- Em 31 de dezembro de 2015, R\$112.830 (R\$109.117 em 31 de dezembro de 2014), corresponde ao produto "Soluciona TI", comercializado pela TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro. Em 31 de dezembro de 2015, o impacto do ajuste a valor presente era de R\$3.671 (R\$7.522 em 31 de dezembro de 2014).

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
A vencer	5.186.776	4.853.376	6.158.130	5.107.714
Vencidas – 1 a 30 dias	949.131	914.709	1.082.139	970.086
Vencidas – 31 a 60 dias	323.882	318.552	375.908	328.367
Vencidas – 61 a 90 dias	214.337	207.542	324.985	243.981
Vencidas – 91 a 120 dias	93.826	75.895	103.876	73.962
Vencidas – mais de 120 dias	450.048	290.978	570.732	299.356
Total	7.218.000	6.661.052	8.615.770	7.023.466

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

A seguir, demonstramos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	(1.033.665)	(1.271.622)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 25)	(832.184)	(896.336)
Baixa pela utilização	551.893	548.642
Saldo em 31.12.14	(1.313.956)	(1.619.316)
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 25)	(1.016.816)	(1.230.675)
Baixa pela utilização	680.660	956.001
Combinação de negócios (nota 4)	-	(323.936)
Saldo em 31.12.15	(1.650.112)	(2.217.926)

Os saldos das contas a receber, circulante e não circulante referente ao arrendamento mercantil financeiro do produto “Soluciona TI”, contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	31.12.15	31.12.14
Valor presente a receber	574.534	497.523
Receita financeira não realizada	3.671	7.522
Valor nominal a receber	578.205	505.045
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(306.443)	(240.191)
Valor líquido a receber	271.762	264.854
Circulante	158.932	155.737
Não circulante	112.830	109.117

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto “Soluciona TI” em 31 de dezembro de 2015 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	308.026	308.026
A vencer até cinco anos	270.179	266.508
Total	578.205	574.534

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

7) ESTOQUES, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Materiais para revenda (a)	550.283	441.793	594.888	464.718
Materiais para consumo	48.562	54.847	53.275	55.820
Outros estoques	7.809	7.749	7.809	7.749
Total bruto	606.654	504.389	655.972	528.287
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(48.390)	(45.901)	(52.341)	(48.486)
Total	558.264	458.488	603.631	479.801

(a) Inclui estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática, entre outros.

A seguir, demonstramos a movimentação das perdas estimadas para redução ao valor realizável e para obsolescência dos estoques:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	(52.275)	(58.161)
Complemento das perdas estimadas	(27.152)	(31.012)
Reversão das perdas estimadas	33.526	40.687
Saldo em 31.12.14	(45.901)	(48.486)
Complemento das perdas estimadas	(29.762)	(32.639)
Reversão das perdas estimadas	27.273	28.784
Saldo em 31.12.15	(48.390)	(52.341)

Os valores das adições e reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 25).

8) TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

8.1) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
ICMS (a)	1.866.777	1.686.062	2.063.159	1.696.578
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (b)	267.238	597.718	301.714	601.515
Impostos e contribuições retidos na fonte (c)	132.442	115.445	293.065	134.795
PIS e COFINS	108.758	85.662	133.925	86.447
Fistel, INSS, ISS e outros tributos	126.806	18.722	139.082	23.532
Total	2.502.021	2.503.609	2.930.945	2.542.867
Circulante	2.164.544	2.163.404	2.521.292	2.202.662
Não circulante	337.477	340.205	409.653	340.205

- (a) Refere-se aos créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros.
- (b) Refere-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (c) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

8.2) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

- (a) Imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa: representado pelo montante registrado, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.
- (b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.
- (c) Imposto de renda (IR) e Contribuição social (CS) sobre diferenças temporárias: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora							
	Saldos em 31.12.13	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Outros	Saldos em 31.12.15
Ativo diferido								
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (a)	122.321	(52.157)	-	70.164	(70.164)	-	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)								
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.322.244	132.105	-	1.454.349	226.667	-	-	1.681.016
Fornecedores e outras provisões	338.458	98.341	-	436.799	98.202	-	-	535.001
Carteira de clientes e marcas	-	311.141	-	311.141	-	-	-	311.141
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	241.203	62.729	-	303.932	65.242	-	-	369.174
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	164.518	3.175	-	167.693	(1.876)	-	-	165.817
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	143.537	12.689	-	156.226	(111.360)	-	-	44.866
Participação nos resultados	71.287	73.772	-	145.059	(56.115)	-	-	88.944
Provisão para programa de fidelização	31.199	309	-	31.508	1.096	-	-	32.604
Depreciação acelerada contábil	154.181	(138.806)	-	15.375	(4.510)	-	-	10.865
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	10.884	(870)	-	10.014	(650)	-	-	9.364
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	157.988	(23.580)	21.416	155.824	11.727	117.804	1.524	286.879
Total do ativo diferido	2.757.820	478.848	21.416	3.258.084	158.259	117.804	1.524	3.535.671
Passivo diferido								
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)								
Licença	(719.780)	(268.116)	-	(987.896)	(216.330)	-	-	(1.204.226)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(568.338)	(147.200)	-	(715.538)	(94.062)	-	-	(809.600)
Ágios da Vivo Part.	(480.366)	(208.711)	-	(689.077)	(203.926)	-	-	(893.003)
Lei da Inovação tecnológica	(308.490)	52.036	-	(256.454)	63.308	-	-	(193.146)
Carteira de clientes	(461.870)	461.870	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	(479.548)	479.548	-	-	-	-	-	-
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(124.527)	7.605	(113.958)	(230.880)	115.701	(138.933)	-	(254.112)
Total do passivo diferido	(3.480.454)	377.032	(113.958)	(3.217.380)	(335.309)	(138.933)	-	(3.691.622)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(722.634)	855.880	(92.542)	40.704	(177.050)	(21.129)	1.524	(155.951)
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido								
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:								
Ativo diferido líquido, não circulante	-			40.704				-
Passivo diferido líquido, não circulante	(722.634)			-				(155.951)

	Consolidado								
	Saldos em 31.12.13	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Saldos em 31.12.14	Demonstração dos resultados	Resultados Abrangentes	Combinação de Negócios (*)	Outros	Saldos em 31.12.15
Ativo diferido									
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (a)	262.915	(169.369)	-	93.546	(67.027)	-	-	-	26.519
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)									
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.327.288	132.550	-	1.459.838	244.659	-	208.321	-	1.912.818
Fornecedores e outras provisões	398.956	103.001	-	501.957	134.726	-	50.441	-	687.124
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	245.556	69.516	-	315.072	21.114	-	110.832	-	447.018
Carteira de clientes e marcas	-	311.141	-	311.141	87.051	-	-	-	398.192
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	166.174	3.532	-	169.706	578	-	120.346	-	290.630
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	143.537	12.688	-	156.225	(111.238)	-	-	-	44.987
Participação nos resultados	71.948	73.881	-	145.829	(62.501)	-	22.870	-	106.198
Depreciação acelerada contábil	154.181	(138.806)	-	15.375	(4.510)	-	-	-	10.865
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	12.885	(1.992)	-	10.893	(186)	-	-	-	10.707
Provisão para programa de fidelização	31.199	308	-	31.507	1.096	-	-	-	32.603
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	157.313	(23.214)	21.416	155.515	(217.140)	117.804	127.690	1.524	185.393
Total do ativo diferido	2.971.952	373.236	21.416	3.366.604	26.622	117.804	640.500	1.524	4.153.054
Passivo diferido									
Crédito fiscal incorporado (b)	(337.535)	-	-	(337.535)	-	-	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)									
Licença	(719.780)	(268.116)	-	(987.896)	(216.330)	-	-	-	(1.204.226)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(568.338)	(147.200)	-	(715.538)	(94.062)	-	-	-	(809.600)
Ágios da Vivo Part.	(480.366)	(208.711)	-	(689.077)	(203.926)	-	-	-	(893.003)
Lei da Inovação tecnológica	(308.490)	52.036	-	(256.454)	63.308	-	-	-	(193.146)
Carteira de clientes	(461.870)	461.870	-	-	-	-	-	-	-
Marcas e patentes	(479.548)	479.548	-	-	-	-	-	-	-
Deságio na incorporação de ações	-	-	-	-	-	-	(22.838)	-	(22.838)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(128.365)	7.036	(113.958)	(235.287)	390.681	(136.510)	-	-	18.884
Total do passivo diferido	(3.484.292)	376.463	(113.958)	(3.221.787)	(60.329)	(136.510)	(22.838)	-	(3.441.464)
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	(512.340)	749.699	(92.542)	144.817	(33.707)	(18.706)	617.662	1.524	711.590
Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido									
Representado no balanço patrimonial da seguinte forma:									
Ativo diferido líquido, não circulante	210.294			144.817					711.590
Passivo diferido líquido, não circulante	(1.202.182)			-					-

(*) Referem-se a tributos diferidos (IR e CS) decorrentes de combinações de negócios, sendo R\$610.873 da GVTPart. (nota 4) e R\$6.789 da TGLog (nota 12a).

Em 31 de dezembro de 2015, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) nas controladas diretas e indiretas (Innoweb, GVT e GVTPart.) no montante de R\$481.203, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que tais controladas possam utilizar os benefícios destes.

A seguir, apresentamos os montantes do imposto de renda diferido e da contribuição social diferida relativos a itens debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Perdas não realizadas em investimentos disponíveis para venda	636	2.599	636	2.599
Perdas atuariais e efeito da limitação de ativos dos planos <i>superavitários</i>	(138.933)	18.817	(136.510)	18.817
Ganhos (perdas) com operações de derivativos	117.168	(113.958)	117.168	(113.958)
Total	(21.129)	(92.542)	(18.706)	(92.542)

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realizações dos tributos diferidos líquidos. Os valores estão baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2016	950.145	1.477.800
2017	473.715	503.112
2018	196.313	207.231
2019	265.310	276.170
2020	253.785	253.837
2021 em diante	(2.295.219)	(2.006.560)
Total	(155.951)	711.590

9) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia e controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Depósitos judiciais				
Tributário	2.900.671	2.647.635	3.374.764	2.665.757
Trabalhista	1.062.118	1.008.745	1.128.935	1.016.019
Cível e regulatório	1.030.130	935.842	1.114.770	936.782
Total	4.992.919	4.592.222	5.618.469	4.618.558
Bloqueios judiciais	122.913	124.730	134.994	126.667
Total	5.115.832	4.716.952	5.753.463	4.745.225
Circulante	235.343	202.169	235.343	202.169
Não circulante	4.880.489	4.514.783	5.518.120	4.543.056

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R\$3.374.764 (R\$2.665.757 em 31 de dezembro de 2014). Na nota 19, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")

A Companhia e a TData possuem discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias ("DCTF"); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$35.272 (R\$33.040 em 31 de dezembro de 2014).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")

A Companhia está envolvida em discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$164.482 (R\$153.759 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces, por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. A Companhia e a TData questionam em âmbito judicial a referida taxa.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$1.008.771 (R\$929.880 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte; (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio; e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$67.996 (R\$63.295 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais ("SIEF"); e (iii) recolhimento a menor do IRPJ.

A GVTPart. possui discussão judicial que envolve o direito de amortizar mensalmente a despesa relativa ao ágio oriundo da aquisição da GVTPart. pela Vivendi, sobre valores de IRPJ e CSLL deduzidos (nota 4).

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$410.412 (R\$30.325 em 31 de dezembro de 2014).

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação ("EBC")

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ("Sinditelebrasil") discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e controladas, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$858.630 (R\$672.593 em 31 de dezembro de 2014).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; (iii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%); e (iv) premiações.

A GVTPart. possui discussões judiciais que envolvem a cobrança de contribuição previdenciária (cota patronal), SAT e verbas para terceiros sobre os seguintes eventos: auxílio maternidade, terço constitucional de férias e 15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$118.425 (R\$102.820 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS")

A Companhia possuía discussão judicial cujo objeto visava a declaração do não recolhimento dos adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/01 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados).

A Companhia obteve decisão desfavorável com conversão em renda à contraparte dos valores integrais. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$76.459.

- Imposto sobre o Lucro Líquido ("ILL")

A Companhia possui discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal ("REFIS"), com a utilização do depósito judicial ora vinculado. Atualmente, aguarda-se conversão em renda pela União Federal.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$58.446 (R\$54.723 em 31 de dezembro de 2014).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

A Companhia e a TData ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$425.737 (R\$394.489 em 31 de dezembro de 2014).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago; e (vii) glosa de crédito de ICMS referente ao convênio 39.

A GVTPart. está envolvida em discussões judiciais para consignar em pagamento valores de ICMS referentes a parte das operações de TV por assinatura, bem como sobre operações de telefonia na modalidade pré-pago.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$161.815 (R\$97.278 em 31 de dezembro de 2014).

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia possui discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano ("IPTU") não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração ("PPNUM") pela ANATEL.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R\$64.778 (R\$57.096 em 31 de dezembro de 2014).

10) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Propaganda e publicidade	228.672	198.758	228.672	198.758
Seguros	24.035	33.594	28.367	35.574
Aluguéis	43.022	45.318	43.022	45.318
Encargos financeiros	11.120	8.426	11.120	8.426
Manutenção de <i>software</i> , tributos e outras	39.108	38.817	75.874	41.698
Total	345.957	324.913	387.055	329.774
Circulante	317.325	300.567	356.446	303.551
Não circulante	28.632	24.346	30.609	26.223

11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Adiantamentos a empregados e fornecedores	72.635	49.827	81.615	50.981
Créditos com partes relacionadas (nota 30)	288.702	318.041	162.308	73.042
Crédito com fornecedores	118.153	114.422	120.091	121.615
Subsídio na venda de aparelhos celulares	42.896	45.850	42.896	45.850
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 33)	8.391	14.515	8.724	14.653
Reembolso Vivendi cláusulas 2.2.4 e 2.2.5 do SPA (nota 4)	84.598	-	84.598	-
Outros valores a realizar	42.971	87.068	51.199	87.280
Total	658.346	629.723	551.431	393.421
Circulante	603.118	535.020	488.632	298.496
Não circulante	55.228	94.703	62.799	94.925

12) INVESTIMENTOS

a) Informações das Investidas

A Companhia detém participações societárias em controladas e de controle em conjunto, conforme segue:

TData: Controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; gestão da prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações, consultoria em soluções de telecomunicações e relacionadas e elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados a telecomunicações; comercialização e locação de equipamentos, produtos e serviços de telecomunicações, entre outros.

Em 28 de outubro de 2015, a TData adquiriu por R\$15.811 o controle da Telefônica Transportes e Logística Ltda ("TGLog").

GVTPart.: Controlada integral da Companhia. A GVTPart. é a controladora integral da GVT, empresa com sede no Brasil, tem como objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. A GVT atua na prestação de serviços de telefonia fixa, serviços de dados, serviços de comunicação multimídia e televisão por assinatura em todo o território nacional.

Aliança: Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede em Amsterdã, Holanda, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

	Em 31.12.15					Em 31.12.14			
	Controladas integrais		Controladas em Conjunto			Controlada integral	Controladas em Conjunto		
	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Participação no patrimônio líquido	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%	100,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Resumo do Balanço Patrimonial:									
Ativo circulante	1.411.043	1.910.323	9	17.851	179.698	1.749.933	11	12.728	136.350
Ativo não circulante	409.595	9.329.733	-	11.824	-	335.735	-	12.134	-
Total do ativo	1.820.638	11.240.056	9	29.675	179.698	2.085.668	11	24.862	136.350
Passivo circulante	707.352	1.924.230	1	4.394	100	883.906	1	3.232	92
Passivo não circulante	56.981	1.641.382	-	5.083	-	48.611	-	4.546	-
Patrimônio líquido	1.056.305	7.674.444	8	20.198	179.598	1.153.151	10	17.084	136.258
Total do passivo e patrimônio líquido	1.820.638	11.240.056	9	29.675	179.698	2.085.668	11	24.862	136.350
Valor contábil do investimento	1.056.305	7.674.444	4	10.099	89.799	1.153.151	5	8.542	68.129

	Em 31.12.15					Em 31.12.14			
	Controladas integrais		Controladas em Conjunto			Controlada integral	Controladas em Conjunto		
	TData	GVTPart.	Cia ACT	Cia AIX	Aliança	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança
Resumo da Demonstração de Resultados:									
Receita operacional líquida	2.524.763	3.999.751	64	39.199	-	2.184.241	62	51.077	-
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(1.160.197)	(2.299.230)	-	(30.828)	-	(1.066.114)	-	(31.530)	-
Despesas com comercialização	(166.008)	(837.766)	-	-	-	(111.780)	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(24.141)	(231.204)	(65)	(5.686)	(124)	(30.253)	(61)	(5.782)	(129)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	353	(47.444)	(1)	(292)	-	29.410	(1)	1.569	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	109.886	(461.815)	-	2.503	106	110.104	-	1.285	275
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	1.284.656	122.292	(2)	4.896	(18)	1.115.608	-	16.619	146
Imposto de renda e contribuição social	(427.132)	(21.262)	-	(804)	-	(379.920)	-	(2.885)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	857.524	101.030	(2)	4.092	(18)	735.688	-	13.734	146
Valor contábil do lucro líquido (prejuízo) do exercício, reconhecido como equivalência patrimonial	857.524	101.030	(1)	2.046	(9)	735.688	-	6.867	73

b) Movimentação dos Investimentos

	Saldos em 31.12.14	Adições	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros resultados abrangentes	Outros movimentos	Saldos em 31.12.15
Participações	1.229.827	1.752.724	5.827.064	960.590	(950.026)	16.974	(6.502)	8.830.651
Controlada integral	1.153.151	1.752.724	5.827.064	958.554	(949.537)	(4.705)	(6.502)	8.730.749
TData	1.153.151	-	-	857.524	(949.537)	107	(4.940)	1.056.305
GVTPart.	-	1.752.724	5.827.064	101.030	-	(4.812)	(1.562)	7.674.444
Controladas em conjunto	76.676	-	-	2.036	(489)	21.679	-	99.902
Aliança	68.129	-	-	(9)	-	21.679	-	89.799
AIX	8.542	-	-	2.046	(489)	-	-	10.099
ACT	5	-	-	(1)	-	-	-	4
Ágios (a)	212.058	12.837.141	-	-	-	-	-	13.049.199
Mais valia dos ativos líquidos adquiridos atribuída à controladora	-	2.673.647	-	(212.064)	-	-	-	2.461.583
Outras participações	3.129	-	-	-	-	(1.870)	-	1.259
Outros investimentos (b)	3.129	-	-	-	-	(1.870)	-	1.259
Total de investimentos na controladora	1.445.014	17.263.512	5.827.064	748.526	(950.026)	15.104	(6.502)	24.342.692
Aliança	68.129	-	-	(9)	-	21.679	-	89.799
AIX	8.542	-	-	2.046	(489)	-	-	10.099
ACT	5	-	-	(1)	-	-	-	4
Outros investimentos (b)	3.129	-	-	-	-	(1.870)	-	1.259
Total de investimentos no consolidado	79.805	-	-	2.036	(489)	19.809	-	101.161

	Saldos em 31.12.13	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31.12.14
Participações	853.866	742.628	(366.116)	(551)	1.229.827
Controlada integral	778.289	735.688	(360.826)	-	1.153.151
TData	778.289	735.688	(360.826)	-	1.153.151
Controladas em conjunto	75.577	6.940	(5.290)	(551)	76.676
Aliança	68.607	73	-	(551)	68.129
AIX	6.965	6.867	(5.290)	-	8.542
ACT	5	-	-	-	5
Ágios (a)	212.058	-	-	-	212.058
Outras participações	10.772	-	-	(7.643)	3.129
Outros investimentos (b)	10.772	-	-	(7.643)	3.129
Total de investimentos na controladora	1.076.696	742.628	(366.116)	(8.194)	1.445.014
Aliança	68.607	73	-	(551)	68.129
AIX	6.965	6.867	(5.290)	-	8.542
ACT	5	-	-	-	5
Outros investimentos (b)	10.772	-	-	(7.643)	3.129
Total de investimentos no consolidado	86.349	6.940	(5.290)	(8.194)	79.805

- (a) Ágios: i) R\$212.058 oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006; e ii) R\$12.837.141 da aquisição da GVTPart. (nota 4).
- (b) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

13) IMOBILIZADO, LÍQUIDO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Depreciação

	Controladora							
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (a)	Bens e instalações em andamento
Taxa anual de depreciação (%)	10,00 a 14,29	5,00 a 14,29	10,00 a 66,67	2,50 a 66,67	-	10,00 a 25,00	-	-
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.13	2.364.940	8.432.306	1.455.849	3.466.208	314.558	598.308	(168.124)	1.913.860
Adições (Capex)	12.042	103.890	150.116	47.246	-	161.300	-	5.105.560
Baixas líquidas	(770)	(34.434)	(2.787)	(1.286)	(208)	(2.217)	12.016	(18.846)
Transferências líquidas	606.830	3.041.968	918.297	513.005	-	124.376	(484)	(5.294.036)
Depreciação (nota 25)	(441.366)	(1.335.153)	(910.788)	(539.982)	-	(210.463)	-	-
Saldo em 31.12.14	2.541.676	10.208.577	1.610.687	3.485.191	314.350	671.304	(156.592)	1.706.538
Adições (Capex)	6.824	178.685	110.688	47.958	215	190.918	-	4.829.135
Baixas líquidas	(3.882)	(24.700)	(2.829)	(2.212)	(74)	(1.782)	1.315	(19.924)
Transferências líquidas	749.408	2.802.624	737.687	367.300	(1.386)	78.072	-	(4.743.981)
Depreciação (nota 25)	(497.985)	(1.485.157)	(925.440)	(526.705)	-	(227.427)	-	-
Saldo em 31.12.15	2.796.041	11.680.029	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768
Em 31.12.15								
Custo	17.688.862	39.825.516	11.530.512	13.870.397	313.105	3.591.962	(155.277)	1.771.768
Depreciação acumulada	(14.892.821)	(28.145.487)	(9.999.719)	(10.498.865)	-	(2.880.877)	-	-
Total	2.796.041	11.680.029	1.530.793	3.371.532	313.105	711.085	(155.277)	1.771.768
Em 31.12.14								
Custo	17.140.731	37.199.508	10.838.174	13.486.180	314.350	3.394.231	(156.592)	1.706.538
Depreciação acumulada	(14.599.055)	(26.990.931)	(9.227.487)	(10.000.989)	-	(2.722.927)	-	-
Total	2.541.676	10.208.577	1.610.687	3.485.191	314.350	671.304	(156.592)	1.706.538

	Consolidado								Total
	Equipamentos de comutação	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos terminais / modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (a)	Bens e instalações em andamento	
Taxa anual de depreciação (%)	8,33 a 20,00	2,50 a 25,00	10,00 a 66,67	2,50 a 66,67	-	10,00 a 66,67	-	-	
Saldos e movimentações:									
Saldo em 31.12.13	2.365.290	8.432.543	1.468.057	3.468.495	314.558	594.957	(169.979)	1.967.726	18.441.647
Adições (Capex)	12.042	103.890	163.428	47.246	-	172.816	-	5.105.560	5.604.982
Baixas líquidas	(770)	(34.434)	(2.787)	(1.286)	(208)	(2.217)	13.735	(20.109)	(48.076)
Transferências líquidas	606.830	3.041.968	918.454	513.005	-	172.075	(484)	(5.338.439)	(86.591)
Depreciação (nota 25)	(441.475)	(1.335.205)	(918.815)	(540.525)	-	(222.078)	-	-	(3.458.098)
Saldo em 31.12.14	2.541.917	10.208.762	1.628.337	3.486.935	314.350	715.553	(156.728)	1.714.738	20.453.864
Adições (Capex)	188.037	885.865	409.250	64.128	215	250.149	(12.111)	4.848.118	6.633.651
Baixas líquidas	(4.462)	(17.546)	(13.832)	(4.512)	(74)	(12.550)	1.356	(23.145)	(74.765)
Transferências líquidas	891.848	2.742.465	753.585	238.921	(1.386)	184.369	-	(4.808.253)	1.549
Depreciação (nota 25)	(630.939)	(1.820.859)	(1.184.372)	(551.268)	-	(323.430)	-	-	(4.510.868)
Combinação de negócios (b)	972.558	4.978.317	1.553.141	421.747	2.600	252.361	(326.666)	119.276	7.973.334
Saldo em 31.12.15	3.958.959	16.977.004	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734	30.476.765
Em 31.12.15									
Custo	19.724.438	47.459.383	14.522.080	14.278.557	315.705	4.487.749	(494.149)	1.850.734	102.144.497
Depreciação acumulada	(15.765.479)	(30.482.379)	(11.375.971)	(10.622.606)	-	(3.421.297)	-	-	(71.667.732)
Total	3.958.959	16.977.004	3.146.109	3.655.951	315.705	1.066.452	(494.149)	1.850.734	30.476.765
Em 31.12.14									
Custo	17.147.961	37.200.161	10.882.788	13.497.058	314.350	3.549.258	(156.728)	1.714.738	84.149.586
Depreciação acumulada	(14.606.044)	(26.991.399)	(9.254.451)	(10.010.123)	-	(2.833.705)	-	-	(63.695.722)
Total	2.541.917	10.208.762	1.628.337	3.486.935	314.350	715.553	(156.728)	1.714.738	20.453.864

- (a) A Companhia e controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
- (b) Referem-se a montantes de combinações de negócios, sendo R\$7.970.117 da GVTPart. (nota 4) e R\$3.217 da TGLog (nota 12a).

b) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais eram de R\$163.802 (R\$130.000 em 31 de dezembro de 2014).

c) Capitalização de custos de empréstimos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia e controladas não capitalizaram custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

d) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC da Companhia, prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R\$7.855.868 (R\$7.639.587 em 31 de dezembro de 2014), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

e) Arrendamento Financeiro

A seguir, demonstramos os montantes relacionados a arrendamentos financeiros nos quais a Companhia atua como arrendatária, segregados por classe do ativo imobilizado.

	Taxas anuais de depreciação (%)	Consolidado					
		31.12.15			31.12.14		
		Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos e meios de transmissão	5,00% a 8,33%	252.232	(25.033)	227.199	209.935	(12.062)	197.873
Infraestrutura	5,00%	6.674	(2.291)	4.383	5.279	(2.032)	3.247
Outros ativos	20,00%	116.945	(82.804)	34.141	78.295	(78.295)	-
Total		375.851	(110.128)	265.723	293.509	(92.389)	201.120

14) INTANGÍVEL, LÍQUIDO

a) Composição, Movimentação e Taxas de Amortização

	Controladora							Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Taxa anual de amortização (%)	-	20,00	11,76	5,13	3,60 a 6,67	20,00	-	-
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.13	10.013.222	1.983.624	1.358.442	1.410.453	14.474.566	336	46.348	29.286.991
Adições (Capex)	-	497.174	-	-	2.770.320	-	267.339	3.534.833
Baixas líquidas	-	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Transferências líquidas	-	290.711	-	-	42.892	-	(247.012)	86.591
Amortização (nota 25)	-	(761.328)	(248.566)	(84.207)	(741.180)	(223)	-	(1.835.504)
Saldo em 31.12.14	10.013.222	2.010.057	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.072.787
Adições (Capex)	-	585.853	-	-	116	10.002	351.095	947.066
Baixas líquidas	-	(31)	-	-	-	-	-	(31)
Transferências líquidas	-	354.683	-	-	-	(3.108)	(341.299)	10.276
Amortização (nota 25)	-	(787.627)	(248.566)	(82.685)	(911.632)	(2.048)	-	(2.032.558)
Saldo em 31.12.15	10.013.222	2.162.935	861.310	1.243.561	15.635.082	4.959	76.471	29.997.540
Em 31.12.15								
Custo	10.013.222	12.155.929	1.990.278	1.601.433	20.052.123	158.897	76.471	46.048.353
Amortização acumulada	-	(9.992.994)	(1.128.968)	(357.872)	(4.417.041)	(153.938)	-	(16.050.813)
Total	10.013.222	2.162.935	861.310	1.243.561	15.635.082	4.959	76.471	29.997.540
Em 31.12.14								
Custo	10.013.222	11.242.808	1.990.278	1.601.433	20.052.007	152.026	66.675	45.118.449
Amortização acumulada	-	(9.232.751)	(880.402)	(275.187)	(3.505.409)	(151.913)	-	(14.045.662)
Total	10.013.222	2.010.057	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.072.787

	Consolidado							Total
	Vida útil indefinida	Vida útil definida						
	Ágio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	Softwares em andamento	
Taxa anual de amortização (%)	-	20,00	11,76 a 12,85	5,13 a 66,67	3,60 a 6,67	5,00 a 20,00	-	-
Saldos e movimentações:								
Saldo em 31.12.13	10.225.280	1.987.634	1.358.442	1.410.453	14.474.566	336	46.348	29.503.059
Adições (Capex)	-	497.730	-	-	2.770.320	-	267.339	3.535.389
Baixas líquidas	-	(124)	-	-	-	-	-	(124)
Transferências líquidas	-	290.711	-	-	42.892	-	(247.012)	86.591
Amortização (nota 25)	-	(763.315)	(248.566)	(84.207)	(741.180)	(223)	-	(1.837.491)
Saldo em 31.12.14	10.225.280	2.012.636	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.287.424
Adições (Capex)	-	651.530	-	-	116	18.976	351.095	1.021.717
Baixas líquidas	-	(52)	-	-	-	-	-	(52)
Transferências líquidas	-	346.146	-	-	-	(6.396)	(341.299)	(1.549)
Amortização (nota 25)	-	(834.553)	(478.375)	(108.907)	(911.632)	(8.242)	-	(2.341.709)
Combinação de negócios (a)	12.837.141	210.016	2.523.000	59.000	-	12.203	-	15.641.360
Saldo em 31.12.15	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.276.339	15.635.082	16.654	76.471	45.607.191
Em 31.12.15								
Custo	23.062.421	12.824.884	4.513.278	1.660.433	20.052.123	181.177	76.471	62.370.787
Amortização acumulada	-	(10.439.161)	(1.358.777)	(384.094)	(4.417.041)	(164.523)	-	(16.763.596)
Total	23.062.421	2.385.723	3.154.501	1.276.339	15.635.082	16.654	76.471	45.607.191
Em 31.12.14								
Custo	10.225.280	11.279.547	1.990.278	1.601.433	20.052.007	152.026	66.675	45.367.246
Amortização acumulada	-	(9.266.911)	(880.402)	(275.187)	(3.505.409)	(151.913)	-	(14.079.822)
Total	10.225.280	2.012.636	1.109.876	1.326.246	16.546.598	113	66.675	31.287.424

(a) Referem-se a montantes de combinações de negócios, sendo R\$15.640.394 da GVTPart., inclui ágio (nota 4) e R\$966 da TGLog (nota 12a).

b) Composição dos ágios

	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	9.160.488	9.160.488
GVT Participações S. A. (e)	-	12.837.141
Total	10.013.222	23.062.421

- (a) Ágio gerado da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
- (b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
- (c) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
- (d) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Participações ocorrida em 2011.
- (e) Ágio gerado na aquisição da GVT Participações ocorrida em 2015 (nota 4).

c) Teste de recuperabilidade do ágio

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do IAS 36/CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 5,0% (4,5% em 2014). Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto antes dos tributos de 15,05% ao ano (13,37% em 2014), também em valores nominais.

A taxa de inflação para o período analisado nos fluxos projetados foi de 4,5% ao ano.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso:

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas: (i) crescimento da receita; (ii) evolução da margem de lucro operacional; (iii) volume de Capex; e (iv) taxa de desconto.

- (i) Crescimento da Receita: é baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências de evolução das mesmas com base em análise de mercado. As curvas de evolução das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de dados e TV paga comparadas com os serviços de voz.

- (ii) Evolução da margem operacional: leva em consideração a margem histórica, estimativa de correção de preços, assim como os projetos em andamento com o objetivo de maior eficiência de custos. Outro fator que pode impactar as margens operacionais é o nível de agressividade da concorrência.
- (iii) Volume de Capex: foram considerados os projetos em andamento e a necessidade de incremento de capacidade e cobertura alinhados com a evolução de receitas previstas no plano de longo prazo. O volume de capex também pode ser impactado pela evolução da inflação e variação cambial.
- (iv) Taxas de desconto: representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir apresentamos as variações (aumentos/diminuições), expressas em pontos percentuais (p.p) que foram assumidas:

Variações nas principais premissas, em pontos percentuais

Variações financeiras

Taxa de desconto	+ / - 1,0
Taxas de crescimento na perpetuidade	+ / - 0,5

Variações operacionais

Margem OIBDA	+ / - 2,0
Margem de Capex / Receita	+ / - 1,0

A análise de sensibilidade empregada no final do exercício de 2015 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima, bem razoáveis, nenhuma perda seria reconhecida.

15) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Salários e remunerações	27.512	27.754	58.201	27.754
Encargos e benefícios sociais	265.100	267.736	383.834	271.082
Participação de empregados nos resultados	205.124	197.019	232.404	199.284
Planos de remuneração baseados em ações (nota 32)	39.898	18.793	39.987	18.793
Outras indenizações	2.197	193.297	4.228	193.297
Total	539.831	704.599	718.654	710.210
Circulante	520.023	585.770	698.846	591.381
Não circulante	19.808	118.829	19.808	118.829

16) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Fornecedores diversos	6.374.471	6.521.830	7.438.202	6.794.000
Valores a repassar	148.793	103.016	165.648	102.915
Interconexão / interligação (a)	421.650	445.192	520.816	445.192
Partes relacionadas (nota 30)	552.033	605.594	316.311	299.084
Total	7.496.947	7.675.632	8.440.977	7.641.191
Circulante	7.496.947	7.675.632	8.373.235	7.641.191
Não circulante	-	-	67.742	-

(a) O montante registrado como não circulante refere-se à demanda judicial movida contra as operadoras de SMP em que a GVT pleiteia a redução do valor de VU-M. Em 15 de outubro de 2007, a GVT obteve liminar para proceder ao depósito judicial da diferença entre R\$0,2899 dos R\$ 0,3899 por minuto de ligação VC1 e o valor efetivamente cobrado pelas operadoras de SMP. Os valores correspondentes a tais depósitos estão reconhecidos no ativo no grupo de "Depósitos e bloqueios judiciais".

17) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Tributos sobre a renda	10.094	-	58.666	16.355
Imposto de renda e contribuição social a pagar	10.094	-	58.666	16.355
Tributos indiretos	1.222.615	1.277.709	1.744.354	1.332.444
ICMS	904.637	968.800	1.186.818	969.953
PIS e COFINS	215.235	194.627	382.123	236.556
Fust e Funttel	35.881	35.975	86.317	35.975
ISS, CIDE e outros tributos	66.862	78.307	89.096	89.960
Total	1.232.709	1.277.709	1.803.020	1.348.799
Circulante	1.175.293	1.236.330	1.716.002	1.281.673
Não circulante	57.416	41.379	87.018	67.126

18) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

a) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Receber

Composição:

	Controladora	
	31.12.15	31.12.14
AIX	489	-
TData	18.156	174.726
Total	18.645	174.726

Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	60.346	1.140
Dividendos complementares de 2013	186.100	-
Recebimentos de dividendos e JSCP	(251.687)	(6.381)
Dividendos e JSCP líquidos de IRRF	179.967	5.241
Saldo em 31.12.14	174.726	-
Dividendos complementares de 2014	524.177	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (líquido) intermediários de 2015	422.645	497
Recebimentos de dividendos e JSCP	(1.102.903)	(8)
Saldo em 31.12.15	18.645	489

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar

Composição:

	Controladora/Consolidado	
	31.12.15	31.12.14
Telefônica Internacional S.A.	455.371	316.008
Telefônica S.A.	471.238	261.318
SP Telecomunicações Participações Ltda	345.689	198.350
Telefônica Chile S.A.	964	626
Acionistas não controladores	936.100	719.019
Total	2.209.362	1.495.321

Movimentação:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.13	1.187.556
Dividendos complementares de 2013	1.175.538
Dividendos e JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.778.200
Prescrição de dividendos e JSCP	(207.442)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(2.446.621)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	8.090
Saldo em 31.12.14	1.495.321
Dividendos complementares de 2014	2.768.592
Dividendos e JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.754.036
Prescrição de dividendos e JSCP	(137.273)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(3.678.665)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	7.351
Saldo em 31.12.15	2.209.362

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Financiamentos”.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

19) PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A Companhia e controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e controladas, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A seguir, demonstramos os quadros com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável, além do passivo contingente e provisão para desmantelamento.

Controladora						
Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmantelamento (b)	Total
Saldos em 31.12.13	988.180	2.133.934	970.403	275.677	235.998	4.604.192
Ingressos	233.655	171.353	532.459	-	137.082	1.074.549
Baixas por pagamento	(199.668)	(67.632)	(229.341)	-	-	(496.641)
Baixas por reversão	(63.375)	(26.898)	(177.461)	(16.955)	(126.151)	(410.840)
Atualização monetária	54.334	169.141	101.411	18.886	-	343.772
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.379.898	1.197.471	277.608	246.929	5.115.032
Ingressos	359.539	173.785	745.302	-	323.982	1.602.608
Baixas por pagamento	(275.651)	(76.471)	(345.715)	-	-	(697.837)
Baixas por reversão	(61.562)	(55)	(214.966)	(14.733)	(272.160)	(563.476)
Atualização monetária	105.040	207.767	178.666	24.108	-	515.581
Saldos em 31.12.15	1.140.492	2.684.924	1.560.758	286.983	298.751	5.971.908
Em 31.12.15						
Circulante	121.562	-	772.507	-	-	894.069
Não circulante	1.018.930	2.684.924	788.251	286.983	298.751	5.077.839
Em 31.12.14						
Circulante	124.599	-	549.677	-	-	674.276
Não circulante	888.527	2.379.898	647.794	277.608	246.929	4.440.756

Consolidado						
Provisões para demandas judiciais						
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmantelamento (b)	Total
Saldos em 31.12.13	988.180	2.148.800	970.403	275.677	240.753	4.623.813
Ingressos	233.655	171.366	532.459	-	137.082	1.074.562
Baixas por pagamento	(199.668)	(67.632)	(229.341)	-	-	(496.641)
Baixas por reversão	(63.375)	(26.898)	(177.461)	(16.955)	(126.151)	(410.840)
Atualização monetária	54.334	170.405	101.411	18.886	-	345.036
Saldos em 31.12.14	1.013.126	2.396.041	1.197.471	277.608	251.684	5.135.930
Ingressos	388.306	202.445	787.938	23.311	331.174	1.733.174
Baixas por pagamento	(294.971)	(76.471)	(372.806)	-	-	(744.248)
Baixas por reversão	(63.133)	(55)	(220.907)	(14.733)	(272.161)	(570.989)
Atualização monetária	105.045	211.397	180.978	45.048	9.162	551.630
Combinação de negócios (c)	17.778	2.834	80.377	512.648	85.562	699.199
Saldos em 31.12.15	1.166.151	2.736.191	1.653.051	843.882	405.421	6.804.696
Em 31.12.15						
Circulante	128.652	-	785.725	-	-	914.377
Não circulante	1.037.499	2.736.191	867.326	843.882	405.421	5.890.319
Em 31.12.14						
Circulante	124.599	-	549.677	-	-	674.276
Não circulante	888.527	2.396.041	647.794	277.608	251.684	4.461.654

- (a) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Participações em 2011 e da GVTPart. (nota 4).
- (b) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de devolver aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.
- (c) Referem-se aos montantes decorrentes das combinações de negócios, sendo R\$697.160 da GVTPart. (nota 4) e R\$2.039 da TGLog (nota 12a).

19.1) Provisões e Contingências Trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Provisões prováveis	1.140.492	1.013.126	1.166.151	1.013.126
Contingências possíveis	226.731	229.715	340.643	229.715

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex- empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex- empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados ("PAMA"), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

19.2) Provisões e Contingências Tributárias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Provisões prováveis	2.684.924	2.379.898	2.736.191	2.396.041
Federais	2.539.050	2.302.029	2.558.238	2.318.172
Estaduais	127.505	61.134	156.444	61.134
Municipais	18.369	16.735	19.977	16.735
ANATEL	-	-	1.532	-
Contingências possíveis	23.790.290	21.186.885	26.620.066	21.401.796
Federais	5.164.158	4.973.141	5.908.994	4.981.909
Estaduais	11.317.423	9.805.466	12.921.976	9.930.020
Municipais	730.030	658.468	769.113	660.084
ANATEL	6.578.679	5.749.810	7.019.983	5.829.783

Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais relativas a: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iii) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST; (v) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vi) Taxas Fistel (TFI e TFF) sobre estações móveis; (vii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (viii) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (ix) compensação de FINSOCIAL; (x) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xi) COFINS, exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xii) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xiii) Imposto sobre o lucro líquido.

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$2.558.238 (R\$2.318.172 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas a: (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) multa administrativa ambiental; (v) glosa de crédito de ICMS referente ao Convênio 39; (vi) *cobilling*; (vii) diferencial de alíquota; (viii) estorno de crédito de ICMS sobre ativo imobilizado; e (ix) ICMS sobre locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados).

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$156.444 (R\$61.134 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização ("TVCF"); e (iv) retenção de ISS sobre serviços de empreitada.

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes consolidados provisionados totalizavam R\$19.977 (R\$16.735 em 31 de dezembro de 2014).

ANATEL

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

A GVT mantém ações administrativas, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão), bem como sobre descontos concedidos e outros impostos.

Em 31 de dezembro de 2015, o montante consolidado provisionado totalizava R\$1.532.

Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e com a ANATEL, descritos a seguir:

Tributos Federais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) PIS incidente sobre *roaming*; (v) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (“STN”) (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central do Brasil; (vi) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (vii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (viii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (ix) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (x) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xi) IRPJ sobre operações com derivativos; (xii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo S.A. e ágio decorrente das operações de incorporação da Navytreet e TDBH; (xiii) ágio decorrente da compra da GVT Holding pela Vivendi; (xiv) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº. 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 28%; (xv) IPI na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “*Fixed access unit*” (unidade de acesso fixo) para clientes a título de comodato; (xvi) PIS e COFINS sobre serviços de valor agregado; (xvii) INSS - *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; e (xviii) IOF exigência relativa as operações de mútuo, *intercompanies* e operações de crédito.

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$5.908.994 (R\$4.981.909 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Estaduais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem* Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado e cobrança de ICMS na transferência interestadual de bens de ativo fixo entre as filiais; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo pela concessão de descontos condicionais; (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiv) sobre assinatura; e (xxv) sobre serviços não medidos.

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$12.921.976 (R\$9.930.020 em 31 de dezembro de 2014).

Tributos Municipais

A Companhia e/ou controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional; (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$769.113 (R\$660.084 em 31 de dezembro de 2014).

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$3.647.291 (R\$3.139.254 em 31 de dezembro de 2014).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

A Companhia e/ou controladas mantêm discussões administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

Em 31 de dezembro de 2015, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R\$911.836 (R\$716.369 em 31 de dezembro de 2014).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

Em 31 de dezembro de 2015, os valores consolidados envolvidos totalizavam R\$2.455.229 (R\$1.971.290 em 31 de dezembro de 2014), sem o respectivo depósito judicial.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração ("PPNUM")

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Companhia efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor consolidado envolvido totalizava R\$5.627 (R\$2.870 em 31 de dezembro de 2014).

19.3) Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

<u>Natureza/Grau de Risco</u>	<u>Valores envolvidos</u>			
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Provisões prováveis	1.560.758	1.197.471	1.653.051	1.197.471
Cíveis	965.730	772.658	1.010.356	772.658
Regulatórias	595.028	424.813	642.695	424.813
Contingências possíveis	6.020.956	4.484.947	6.297.944	4.484.947
Cíveis	2.488.761	1.873.607	2.581.838	1.873.607
Regulatórias	3.532.195	2.611.340	3.716.106	2.611.340

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia e/ou controladas estão envolvidas em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2015 o montante consolidado provisionado era de R\$190.004 (R\$138.654 em 31 de dezembro de 2014).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2015 o montante consolidado provisionado era de R\$435.782 (R\$325.571 em 31 de dezembro de 2014).
- A Companhia e/ou controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumeristas nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2015, o montante consolidado provisionado era de R\$384.570 (R\$308.433 em 31 de dezembro de 2014).

Provisões regulatórias prováveis

A Companhia e a GVTPart. figuram como partes em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2015, o montante consolidado provisionado era de R\$642.695 (R\$424.813 da Companhia em 31 de dezembro de 2014).

Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia ("PCT"), que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R\$421.085 em 31 de dezembro de 2015 (R\$336.758 em 31 de dezembro de 2014). O Tribunal de Justiça de São Paulo ("TJSP") reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP. Em 7 de dezembro de 2015, o recurso da Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes foi desprovido pelo Superior Tribunal de Justiça.
- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL ("ASTEL") no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia ("PAMA") e em apertada síntese, restabelecimento ao "status quo" anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando decisão de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário quanto a decisão de 2º grau, que reformou a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

- Ações Cíveis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação ("FENAPAS"), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o "*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*", que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existente à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, depois de decorrido o prazo de 1 ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa. Em 13 de abril de 2015, o Recurso de Apelação da Companhia foi julgado, tendo por votação unânime, reformada a sentença de 1ª instância que havia condenado a Companhia ao pagamento de danos morais e materiais supostamente carreados a todos os consumidores afetados pelos "problemas" na prestação de serviço. Interpostos Recurso Especial e Extraordinário pelo Ministério Público contra os quais apresentamos contrarrazões.

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2015, o montante consolidado era de R\$2.146.850 (R\$1.525.908 em 31 de dezembro de 2014).
- A TGLog é parte no processo de ação de execução cível que tramita na 3ª Vara Cível de Barueri – SP pela alegação de não pagamento de duplicatas de prestação de serviços de transportes. A TGLog defende que realizou descontos de forma legítima em razão de descumprimentos contratuais e pelas perdas causadas por sinistros nas mercadorias de seus clientes transportadas pela autora, que também é discutida por outra ação. Em 31 de dezembro de 2015, o montante era de R\$1.022.
- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor ("SAC"). Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de dezembro de 2015 o montante consolidado era de R\$12.881 (R\$10.941 em 31 de dezembro de 2014).
- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R\$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL. Com base na opinião de consultores jurídicos, as ações coletivas tem a probabilidade de um resultado desfavorável considerada remota.

Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia e a GVTPart. mantêm processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2015 no montante consolidado de R\$3.716.106 (R\$2.611.340 da Companhia em 31 de dezembro de 2014).
- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

19.4) Garantias

A Companhia e controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado					
	31.12.15			31.12.14		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	163.802	5.753.463	2.750.864	130.000	4.745.225	2.537.608
Total	163.802	5.753.463	2.750.864	130.000	4.745.225	2.537.608

Em 31 de dezembro de 2015, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$71.059 (R\$64.899 em 31 de dezembro de 2014).

20) RECEITAS DIFERIDAS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Serviços e mercadorias (a)	466.943	764.791	466.943	764.791
Alienação de ativos imobilizados (b)	87.906	124.247	87.906	124.247
Receita de habilitação (c)	70.507	91.954	72.737	106.209
Programa de fidelização (d)	95.893	92.670	95.893	92.670
Subvenções governamentais (e)	133.099	77.113	133.099	77.113
Doações de equipamentos (f)	8.281	8.947	8.281	8.947
Outras receitas (g)	58.935	25.824	58.935	25.824
Total	921.564	1.185.546	923.794	1.199.801
Circulante	562.601	704.589	564.557	717.019
Não circulante	358.963	480.957	359.237	482.782

- (a) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui o montante do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus usuários.
- (b) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.
- (c) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na base.
- (d) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.
- (e) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicação em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- (f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
- (g) Inclui valores do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.13	1.065.194	1.071.212
Ingressos	10.628.354	10.641.475
Baixas	(10.508.002)	(10.512.886)
Saldo em 31.12.14	1.185.546	1.199.801
Ingressos	11.333.889	11.369.987
Baixas	(11.597.871)	(11.645.994)
Saldo em 31.12.15	921.564	923.794
Circulante	562.601	564.557
Não circulante	358.963	359.237

21) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E CONTRAPRESTAÇÃO CONTINGENTE

a) Composição

Informações em 31 de dezembro de 2015				Controladora					
				31.12.15			31.12.14		
Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				1.740.266	5.075.504	6.815.770	1.445.347	5.116.491	6.561.838
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras				473.807	1.034.754	1.508.561	665.848	1.498.983	2.164.831
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+ 0 a 9%	15/07/19	328.989	898.735	1.227.724	510.323	1.224.052	1.734.375
Financiamento – BNDES	R\$	2,5 a 8,7%	15/01/23	90.779	136.019	226.798	87.495	220.903	308.398
Financiamento – BNB	R\$	10,00%	30/10/16	54.039	-	54.039	68.030	54.028	122.058
Financiamento – Fornecedores	R\$		22/10/16	1.113.244	-	1.113.244	-	-	-
Arrendamento Financeiro	R\$		31/08/33	32.291	239.239	271.530	24.452	205.892	230.344
Debêntures				120.924	3.423.790	3.544.714	755.047	3.411.616	4.166.663
4ª emissão – Série 2	R\$	106,8% do CDI	15/10/15	-	-	-	655.738	-	655.738
4ª emissão – Série 3	R\$	IPCA+4,00%	15/10/19	292	33.172	33.464	270	30.915	31.185
1ª emissão – Minas Comunica	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	-	91.608	91.608	-	82.186	82.186
3ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,75%	10/09/17	87.217	1.999.645	2.086.862	71.825	1.999.433	2.071.258
4ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,68%	25/04/18	33.415	1.299.365	1.332.780	27.214	1.299.082	1.326.296
Contraprestação Contingente	R\$			-	377.721	377.721	-	-	-
Moeda Estrangeira				191.695	1.490.273	1.681.968	819.171	418.251	1.237.422
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras				191.695	1.490.273	1.681.968	819.171	418.251	1.237.422
Empréstimos – BEI	US\$			-	-	-	716.963	-	716.963
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	159.897	434.221	594.118	101.933	418.251	520.184
Resolução 4131	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	31.798	1.056.052	1.087.850	-	-	-
Comissão BBVA	R\$			-	-	-	275	-	275
Total				1.931.961	6.565.777	8.497.738	2.264.518	5.534.742	7.799.260
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro				1.811.037	2.764.266	4.575.303	1.509.471	2.123.126	3.632.597
Debêntures				120.924	3.423.790	3.544.714	755.047	3.411.616	4.166.663
Contraprestação Contingente				-	377.721	377.721	-	-	-
Total				1.931.961	6.565.777	8.497.738	2.264.518	5.534.742	7.799.260

				Consolidado					
Informações em 31 de dezembro de 2015				31.12.15			31.12.14		
Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento		Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Local				2.151.296	6.388.026	8.539.322	1.445.347	5.116.491	6.561.838
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras				765.601	2.325.920	3.091.521	665.848	1.498.983	2.164.831
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+ 0 a 9%	15/01/23	571.223	1.838.275	2.409.498	510.323	1.224.052	1.734.375
Financiamento – BNDES	R\$	2,5 a 8,7%	15/01/23	106.008	298.634	404.642	87.495	220.903	308.398
Financiamento – BNDES	R\$	IPCA + 2,95% + TR a.a	15/07/16	30.722	-	30.722	-	-	-
Financiamento – BNDES	R\$	SELIC ACUM. D-2 + 2,32% a.a	15/01/23	710	146.815	147.525	-	-	-
Financiamento – BNB	R\$	7,0% a 10%	18/08/22	56.938	42.196	99.134	68.030	54.028	122.058
Financiamento – Fornecedores	R\$		22/10/16	1.228.682	-	1.228.682	-	-	-
Arrendamento Financeiro	R\$		31/08/33	36.089	260.595	296.684	24.452	205.892	230.344
Debêntures				120.924	3.423.790	3.544.714	755.047	3.411.616	4.166.663
4ª emissão – Série 2	R\$	106,8% do CDI	15/10/15	-	-	-	655.738	-	655.738
4ª emissão – Série 3	R\$	IPCA+4,00%	15/10/19	292	33.172	33.464	270	30.915	31.185
1ª emissão – Minas Comunica	R\$	IPCA+0,50%	05/07/21	-	91.608	91.608	-	82.186	82.186
3ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,75%	10/09/17	87.217	1.999.645	2.086.862	71.825	1.999.433	2.071.258
4ª emissão	R\$	100% do CDI + 0,68%	25/04/18	33.415	1.299.365	1.332.780	27.214	1.299.082	1.326.296
Contraprestação Contingente	R\$			-	377.721	377.721	-	-	-
Moeda Estrangeira				191.695	1.490.273	1.681.968	819.171	418.251	1.237.422
Empréstimos e Financiamentos - Instituições Financeiras				191.695	1.490.273	1.681.968	819.171	418.251	1.237.422
Empréstimos – BEI	US\$			-	-	-	716.963	-	716.963
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	159.897	434.221	594.118	101.933	418.251	520.184
Resolução 4131	US\$	2,05% e Libor + 2,00%	18/12/17	31.798	1.056.052	1.087.850	-	-	-
Comissão BBVA	R\$			-	-	-	275	-	275
Total				2.342.991	7.878.299	10.221.290	2.264.518	5.534.742	7.799.260
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro				2.222.067	4.076.788	6.298.855	1.509.471	2.123.126	3.632.597
Debêntures				120.924	3.423.790	3.544.714	755.047	3.411.616	4.166.663
Contraprestação Contingente				-	377.721	377.721	-	-	-
Total				2.342.991	7.878.299	10.221.290	2.264.518	5.534.742	7.799.260

- (a) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
- (b) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
- (c) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

b) Empréstimos e Financiamentos

A seguir descrevemos algumas informações dos empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

- Em 23 de outubro de 2007, foi aprovado um crédito de R\$2.034.717, sendo o subcrédito “A” no valor de R\$1.926.309 (TJLP + 3,73% a.a.) e o subcrédito “B” no valor de R\$108.408 (TJLP + 1,73% a.a.), prazo total de 8 anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de maio de 2010. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos foram comprovados e aceitos pelo BNDES e teve como finalidade o financiamento de investimentos de produtos e serviços de produção nacional.

O saldo destes contratos em 31 de dezembro de 2014 era de R\$170.536 em TJLP, sendo totalmente liquidado em 15 de maio de 2015.

- Em 14 de outubro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento no montante de R\$3.031.110, readequada em 2013 para R\$2.152.098, sendo o subcrédito “A” no valor de R\$1.360.455 (TJLP + 3,38% a.a.), subcrédito “B” no valor de R\$406.206 (UMBND + 2,38% a.a.), subcrédito “C” no valor de R\$282.149 (TJLP + 1,48% a.a.), subcrédito “D” no valor de R\$80.948 (TJLP + 4,08% a.a.) e o subcrédito “E” no valor de R\$22.340 (TJLP), prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de julho de 2014. Após esse período são pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas, para contemplar novas negociações de linhas e modalidades de crédito com o banco. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia e os recursos foram destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

O saldo destes contratos em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.821.621, sendo R\$1.227.503 em TJLP e R\$594.118 em UMBND (em 31 de dezembro de 2014 de R\$2.082.388, sendo R\$1.562.204 em TJLP e R\$520.184 em UMBND).

- Em 1º de janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no montante de até R\$319.927, com taxas de 4,5% e 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de março de 2012, após um período de 2 anos de carência. Estes recursos foram obtidos através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R\$184.489 e o saldo remanescente de R\$135.438 foi cancelado.

O saldo deste contrato em taxas fixas em 31 de dezembro de 2015 era de R\$92.480 (R\$110.506 em 31 de dezembro de 2014).

- Entre 24 de novembro de 2010 e 31 de março de 2011, foram aprovadas linhas de financiamento no montante total de R\$29.066, com taxas de 5,5% a.a., TJLP + 5,7% a.a. e TJLP + 9,0% a.a., prazo total de 5 anos, com pagamento de principal em 48 prestações mensais e sucessivas desde 15 de janeiro de 2012, após um período de 1 ano de carência. Em 15 de dezembro de 2015, houve a liquidação total da linha contratada em 24 de novembro de 2010. Em 15 de dezembro de 2011, foram aprovados R\$11.097, com taxas de 5,0% a.a. e 8,7% a.a., prazo total de 36 meses, com pagamento de principal em 30 prestações mensais e sucessivas até a liquidação ocorrida em 15 de março de 2015. Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R\$9.493, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência e pagamentos de principal em 30 prestações mensais e sucessivas até a liquidação ocorrida em 15 de dezembro de 2015.

O saldo destes contratos em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.100, sendo R\$879 em taxas fixas e R\$221 em TJLP (em 31 de dezembro de 2014 de R\$12.037, sendo R\$10.402 em taxas fixas e R\$1.635 em TJLP).

- Em 1º de dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento no montante de R\$5.417, readequada posteriormente para R\$2.262, com taxa de 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de fevereiro de 2013, após um período de 2 anos de carência, através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

O saldo deste contrato em taxas fixas em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.243 (R\$1.482 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento nos montantes de R\$353.483, readequadas posteriormente para R\$225.467, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que foram liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

O saldo deste contrato em taxas fixas em 31 de dezembro de 2015 era de R\$129.224 (R\$182.698 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R\$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal, que foram liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

O saldo deste contrato em taxas fixas em 31 de dezembro de 2015 era de R\$2.972 (R\$3.310 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 12 de dezembro de 2008, foi aprovado um crédito de R\$615.909 para a GVT, sendo o subcrédito "A" no valor de R\$158.520 (IPCA + TR + 2,95% a.a.) prazo total de 8 anos, com pagamento de principal em 6 prestações anuais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de Julho de 2011. O subcrédito "B" no valor de R\$369.880 (TJLP + 2,95% a.a.) e o subcrédito "C" no valor de R\$87.509 (TJLP + 2,05% a.a.), prazo total de 9 anos, com pagamento de principal em 72 prestações mensais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de junho de 2011. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES e teve como finalidade o financiamento de investimentos de produtos e serviços de produção nacional.

O saldo destes contratos em 31 de dezembro de 2015 era de R\$117.434, sendo R\$30.722 em IPCA+TR e R\$86.712 em TJLP.

- Em 9 de novembro de 2011 a GVT celebrou o segundo contrato de financiamento junto ao BNDES, obtendo recursos a serem destinados à complementação do plano de investimentos para o triênio 2011-2013, visando a expansão nas áreas de atuação atuais para novas áreas, modernização dos serviços de telecomunicação e *internet*, além do lançamento de novos serviços. O valor total do contrato é de R\$1.184.107, sendo o subcrédito "A" no valor de R\$875.365 (TJLP + 3,38% a.a.), subcrédito "B" no valor de R\$222.703 (TJLP + 1,48% a.a.), subcrédito "C" no valor de R\$81.177 (5% a.a.) e o subcrédito "D" no valor de R\$4.862 (TJLP), prazo total de 9 anos, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2014. Após esse período são pagos juros e amortizações do principal em 72 prestações mensais e sucessivas para os subcréditos "A", "B" e "D" e para o subcrédito "C" amortização em 63 parcelas mensais e sucessivas. A Companhia realizou os saques referentes a este contrato e o valor remanescente de R\$45.490, foi cancelado em 9 de abril de 2014 (subcrédito "B" R\$40.929 e subcrédito "C" R\$4.561).

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2015 era de R\$889.654, sendo R\$832.372 em TJLP e R\$57.282 em taxas fixas.

- Em 30 de dezembro de 2014 a GVT celebrou o terceiro contrato de financiamento junto ao BNDES obtendo recursos a serem destinados para o plano de investimentos para o triênio 2014-2016, visando a expansão nas áreas de atuação atuais e para novas expansões da companhia. O valor total do financiamento é de R\$ 1.000.293, sendo o subcrédito "A" no valor de R\$297.486 (TJLP + 3,12% a.a.), subcrédito "B" no valor de R\$297.486 (Selic + 2,32% a.a.), subcrédito "C" no valor de R\$105.332 (6% a.a.), o subcrédito "D" no valor de R\$94.668 (4% a.a.), subcrédito "E" no valor de R\$195.749 (TJLP + 2,32% a.a.) e o subcrédito "F" no valor de R\$9.572 (TJLP) prazo total de 8 anos, com um período de carência a vencer em 15 de janeiro de 2018 para os subcréditos "A", "B", "D", "E" e "F". Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas, sendo a última em 15 de janeiro de 2023. Para o subcrédito "C" amortização em 60 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira em 15 de fevereiro de 2017 e a última em 15 de janeiro de 2022.

Durante o ano de 2015, a GVT realizou dois saques referentes a este contrato, sendo, no 1º e 2º semestres nos montantes de R\$340.448 e R\$170.000, respectivamente.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2015 era de R\$530.777, sendo R\$262.690 em TJLP, R\$147.525 em Selic e R\$120.562 em taxas fixas.

- Alguns contratos de financiamento firmados com o BNDES descritos anteriormente, possuem taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado. Estas operações enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, as subvenções concedidas pelo BNDES foram ajustadas a valor presente e diferidas de acordo com a vida útil dos ativos financiados, resultando em um saldo até 31 de dezembro de 2015 de R\$47.346 (R\$60.222 em 31 de dezembro de 2014), nota 20.

Banco Europeu de Investimentos (“BEI”)

Em 31 de outubro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento no montante de €250 milhões (equivalente a US\$365 milhões na data da contratação), com taxas de 4,18% e 4,47% a.a., prazo total de 7 anos com pagamento do principal em duas prestações. A primeira parcela de R\$272.460 foi paga em 19 de dezembro de 2014 e a segunda parcela foi paga em 2 de março de 2015. Os juros foram cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato possuía uma operação de *swap* atrelada que transformava o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI e que também foi liquidada de acordo com o vencimento de cada uma das parcelas. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R\$716.963.

Banco do Nordeste (“BNB”)

- Em 29 de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2008, a Companhia contratou linhas de financiamento nos montantes de R\$247.240 e R\$389.000, respectivamente, com taxa de 10% a.a., prazo total de 8 anos, com pagamento do principal em 78 e 72 parcelas, respectivamente, após o prazo de 2 anos de carência. Em 29 de janeiro de 2015, foi liquidada a primeira linha de financiamento. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2015 era de R\$54.039 (R\$122.058 em 31 de dezembro de 2014).

- Em 18 de agosto de 2014, a GVT contratou linhas de financiamento nos montantes de R\$31.619 e R\$115.014, com taxas de 7,06% a.a. e 8,24% a.a., respectivamente, prazo total de 8 anos, com pagamento do principal em 72 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência a vencer em 18 de setembro de 2016. Em 17 de abril de 2015, foi feita a captação parcial no valor total de R\$5.719 referente à primeira linha e R\$38.959 referente à segunda linha de financiamento. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento e expansão para a região Nordeste.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2015 era de R\$45.095.

Resolução 4131

Entre 10 de novembro e 23 de dezembro de 2015 foram tomados empréstimos em moeda estrangeira (dólar) sob o amparo da Resolução 4131 do Banco Central do Brasil. O montante de US\$285 milhões foi contratado junto às instituições financeiras *Scotiabank* e *Bank of America*, respectivamente, com taxas de 2,05% e Libor + 2% a.a. e vencimentos de até 2 anos. Para cada uma destas operações, foram contratados derivativos para proteger a Companhia dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por serem *hedges* efetivos, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 31 de dezembro de 2015 o risco coberto destes instrumentos foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

O saldo destes contratos em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.087.850.

Senior Debt

Em 9 de março de 2015, a GVT celebrou um contrato de financiamento junto ao banco *Societe Generale* no montante de €825 milhões com taxas de Euribor 3M + 1,05%.a.a, no prazo total de 180 dias a contar da captação.

O montante foi captado em duas tranches, sendo a primeira no dia 17 de março de 2015 no valor de €325 milhões (equivalente a R\$1.102.563), com pagamento do principal em uma única prestação em 14 de setembro de 2015. A segunda tranche foi captada no dia 28 de abril de 2015 no valor de €465 milhões (equivalente a R\$1.506.600), com pagamento do principal em sua totalidade no dia 26 de outubro de 2015. Os juros foram pagos trimestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possuía uma operação de *swap* atrelada que transformava o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI que foi liquidada de acordo com o vencimento de cada uma das parcelas. O saldo remanescente no valor de €35 milhões foi cancelado em 16 de abril de 2015. No dia 14 de setembro de 2015, a GVT liquidou a 1ª tranche no valor de R\$1.416.333 acrescida de juros e tributos.

Em 26 de outubro de 2015, a GVT liquidou a 2ª tranche no valor de R\$2.008.154 (equivalente a €465 milhões). Nesta mesma data, houve a quitação da operação de *swap* atrelada que transformava o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

Financiamento – Fornecedores

A Companhia mediante acordos bilaterais com fornecedores obteve extensão de prazos de pagamento de até 365 dias a um custo baseado na taxa CDI pré-fixada para os respectivos períodos. Em 31 de dezembro de 2015 o montante reconhecido no passivo circulante da Companhia era de R\$1.228.682 e seu custo líquido médio equivalente a 106,7%do CDI.

c) Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia e controladas obtêm os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Os contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, referem-se a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de *sites* construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática e; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão associados à rede de transmissão de energia, interligando cidades nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Valor nominal a pagar	735.643	653.240	761.073	653.240
Despesa financeira não realizada	(464.113)	(422.896)	(464.389)	(422.896)
Valor presente a pagar	271.530	230.344	296.684	230.344
Circulante	32.291	24.452	36.089	24.452
Não circulante	239.239	205.892	260.595	205.892

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora		Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	35.189	32.291	39.029	36.089
Mais de um ano até cinco anos	150.291	104.888	161.444	115.920
Mais de cinco anos	550.163	134.351	560.600	144.675
Total	735.643	271.530	761.073	296.684

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

d) Debêntures

A seguir descrevemos algumas informações das debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Debêntures 1ª Emissão – Minas Comunica

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38 seria viabilizado.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico foram emitidas: (i) 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210, pelo atendimento a 15 localidades; (ii) 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390, pelo atendimento a 42 localidades; e (iii) 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, pelo atendimento a 77 localidades, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais. Trata-se de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$91.608 (R\$82.186 em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures 4ª Emissão – Séries 1, 2 e 3

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais e para reforço do seu capital de giro.

1ª Série: Foram emitidas 98.000 debêntures na 1ª série. Considerando a não aprovação das condições de repactuação pelos titulares das debêntures da 1ª Série, a Companhia, conforme condições previstas na Escritura exerceu seu direito de realizar o resgate da totalidade das debêntures da 1ª série em 14 de novembro de 2014, para posterior cancelamento, no valor de R\$93.150.

2ª Série: Foram emitidas 640.000 debêntures na 2ª série. Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 2ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R\$640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

Em 15 de outubro de 2015, ocorreu a segunda repactuação das debêntures da 2ª série em conformidade com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de setembro de 2015. Considerando a não aprovação das novas condições de repactuação pelos titulares das debêntures da 2ª Série, a Companhia, realizou o pagamento aos titulares dissidentes no valor de R\$684.868 e, conforme condições previstas na Escritura, exerceu o seu direito de realizar o resgate da totalidade das debêntures da 2ª série em 13 de novembro de 2015, para posterior cancelamento desta série.

3ª Série: Foram emitidas 72.000 debêntures na 3ª série. Em 15 de outubro de 2014, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 3ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de setembro de 2014. O valor total repactuado foi de R\$31.489, sendo que a Companhia resgatou as debêntures dos titulares dissidentes no valor de R\$64.755 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$33.464 (R\$686.923 em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures 3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R\$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando o montante de R\$2 bilhões.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (especificamente para liquidar o preço da autorização do leilão 4G) e para a manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 31 de dezembro de 2015 era de R\$355 (R\$567 em 31 de dezembro de 2014), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

O saldo, líquido dos custos de transação, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$2.086.862 (R\$2.071.258 em 31 de dezembro de 2014).

Debêntures 4ª Emissão

Em 11 de abril de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor de R\$1,3 bilhão.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão foram integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Foram emitidas 130.000 debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R\$10.000,00. As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,68% ao ano, base de 252 dias úteis.

Os custos de transação associados a esta emissão em 31 de dezembro de 2015 eram de R\$635 (R\$918 em 31 de dezembro de 2014).

O saldo, líquido dos custos de transação, em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.332.780 (R\$1.326.296 em 31 de dezembro de 2014).

e) Contraprestação Contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição da totalidade das ações de emissão da GVTPart, foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em setembro de 2014, a GVT solicitou o cancelamento do recurso judicial e a devolução do montante depositado.

Caso a GVT tenha êxito em levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, o mesmo será devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução é de até 15 anos.

O montante apurado na data efetiva da aquisição do controle da GVTPart (nota 4) é de R\$344.217, registrado como “Depósitos Judiciais, não circulante” na GVT. Este montante está sujeito à atualização monetária mensalmente pela GVT e pela Companhia, utilizando o índice SELIC.

O saldo da contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2015 era de R\$377.721.

f) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e contraprestação contingente em 31 de dezembro de 2015 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
2017	1.644.151	1.999.645	30.189	-	3.673.985
2018	547.408	1.349.348	28.194	-	1.924.950
2019	332.458	47.047	26.380	-	405.885
2020	1.010	13.875	20.125	-	35.010
2021 em diante	-	13.875	134.351	377.721	525.947
Total	2.525.027	3.423.790	239.239	377.721	6.565.777

Ano	Consolidado				
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Contraprestação contingente	Total
2017	1.886.900	1.999.645	33.516	-	3.920.061
2018	847.239	1.349.348	31.109	-	2.227.696
2019	640.058	47.047	28.933	-	716.038
2020	234.518	13.875	22.362	-	270.755
2021 em diante	207.478	13.875	144.675	377.721	743.749
Total	3.816.193	3.423.790	260.595	377.721	7.878.299

g) Cláusulas Restritivas

Existem empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados nos quadros das notas 21b) e 21d), respectivamente, que possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants*, descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Parte dos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$3.359.288 (R\$2.252.924 em 31 de dezembro de 2014), possui índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nestas datas, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão (série 3), da 3ª emissão (série única, líquida dos custos de emissão) e da 4ª emissão (série única, líquida dos custos de emissão) cujos saldos somados em 31 de dezembro de 2015 eram de R\$3.453.106 (R\$4.084.477 em 31 de dezembro de 2014), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nestas datas, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures do Programa Minas Comunica, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$91.608 (R\$82.186 em 31 de dezembro de 2014), possuem cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nestas datas, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

h) Garantias

Em 31 de dezembro de 2015, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e da GVT, conforme quadro a seguir:

Credores	Saldos	Garantias
BNDES	R\$1.227.724 (URTJLP) R\$594.118 (UMBND) R\$226.798 (PSI)	<ul style="list-style-type: none"> Contrato (2011): Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior. Contrato (PSI): alienação dos ativos financiados.
	R\$1.181.774 (URTJLP) R\$147.525 (UMSELIC) R\$30.722 (UMIPCA) R\$177.844 (Pré)	<ul style="list-style-type: none"> Contratos da GVT (2008, 2011 e 2014): cessão de recebíveis referente o limite de até 20% do saldo devedor da operação, ou 5 vezes a última prestação vencida de cada um dos subcréditos, incluindo o principal da dívida, juros, comissões, penas convencionais, multas e demais encargos nele previstos.
BNB	R\$54.039	<ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R\$29.010 e R\$60.454 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente.
	R\$45.095	<ul style="list-style-type: none"> Fiança bancária concedida pelo Banco Safra no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldo de R\$9.795 em 31 de dezembro de 2015.

i) Movimentação

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente.

	Controladora					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.13	4.233.062	4.301.615	218.878	-	-	8.753.555
Ingressos	287.084	31.489	8.269	-	-	326.842
Subvenção governamental (nota 20)	(32.353)	-	-	-	-	(32.353)
Encargos financeiros	245.036	465.215	28.729	-	-	738.980
Custos de emissão	-	549	-	-	-	549
Atualização monetária e cambial	184.155	-	-	-	-	184.155
Baixas (pagamentos)	(1.514.731)	(632.205)	(25.532)	-	-	(2.172.468)
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	-	7.799.260
Ingressos	1.115.210	-	49.630	1.113.267	-	2.278.107
Subvenção governamental (nota 20)	(1.606)	-	-	-	-	(1.606)
Encargos financeiros	184.526	529.012	21.010	18.911	33.504	786.963
Custos de emissão	-	495	-	-	-	495
Atualização monetária e cambial	287.673	-	-	-	-	287.673
Baixas (pagamentos)	(1.797.527)	(1.151.456)	(29.454)	(18.934)	-	(2.997.371)
Combinação de negócios (nota 4)	-	-	-	-	344.217	344.217
Saldo em 31.12.15	3.190.529	3.544.714	271.530	1.113.244	377.721	8.497.738

	Consolidado					Total
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Financiamento Fornecedores	Contraprestação contingente	
Saldo em 31.12.13	4.233.062	4.301.615	218.878	-	-	8.753.555
Ingressos	287.084	31.489	8.269	-	-	326.842
Subvenção governamental (nota 20)	(32.353)	-	-	-	-	(32.353)
Encargos financeiros	245.036	465.215	28.729	-	-	738.980
Custos de emissão	-	549	-	-	-	549
Atualização monetária e cambial	184.155	-	-	-	-	184.155
Baixas (pagamentos)	(1.514.731)	(632.205)	(25.532)	-	-	(2.172.468)
Saldo em 31.12.14	3.402.253	4.166.663	230.344	-	-	7.799.260
Ingressos	1.285.210	-	74.784	1.132.357	-	2.492.351
Subvenção governamental (nota 20)	(1.606)	-	-	-	-	(1.606)
Encargos financeiros	308.250	529.012	21.010	29.243	33.504	921.019
Custos de emissão	-	495	-	-	-	495
Atualização monetária e cambial	1.161.379	-	-	-	-	1.161.379
Baixas (pagamentos)	(8.269.445)	(1.151.456)	(29.454)	(102.499)	-	(9.552.854)
Combinação de negócios (nota 4)	6.887.448	-	-	169.581	344.217	7.401.246
Saldo em 31.12.15	4.773.489	3.544.714	296.684	1.228.682	377.721	10.221.290

22) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Licenças de autorização (a)	952.651	1.178.978	952.651	1.178.978
Grupamento e fracionamento de ações (b)	32.252	388.975	32.252	388.975
Obrigações com partes relacionadas (nota 30)	181.337	296.961	121.986	119.803
Ônus de renovação de licenças (c)	151.496	275.839	151.496	275.839
Retenções de terceiros (d)	173.154	202.390	196.626	204.227
Valores a restituir a assinantes	110.205	41.260	113.354	43.445
Permuta de fibras ópticas e PPDUR (e)	-	-	18.560	-
Outras obrigações	67.625	46.258	89.654	70.141
Total	1.668.720	2.430.661	1.676.579	2.281.408
Circulante	1.006.901	1.442.724	1.010.657	1.322.616
Não circulante	661.819	987.937	665.922	958.792

- (a) Refere-se à parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão constituíram a EAD, empresa responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação.
- (b) Refere-se ao crédito disponibilizado para os acionistas beneficiários das sobras de ações (ordinárias e preferencias) decorrentes de processos de grupamento e fracionamento das ações do capital social da Companhia e de sociedades incorporadas.
- (c) Refere-se ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP (nota 1b).
- (d) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.
- (e) Permuta de fibra óptica: refere-se ao recebimento de cabo de fibras ópticas, instalados na região sul do Brasil. O montante original desse contrato foi registrado no ativo imobilizado. A realização dessa obrigação ocorre pela prestação de serviços no prazo contratual de 17 anos, desde o ano de 2002, não havendo incidência de juros sobre o saldo remanescente. O saldo total a pagar pela GVT em 31 de dezembro de 2015 era de R\$7.717.

Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (PPDUR): A legislação de telecomunicações previa que o preço pago por uma Licença-Espelho incluía o direito de utilizar as frequências necessárias para cumprir as metas de expansão durante 20 anos, sem custo adicional. Entretanto, a ANATEL incluiu na licitação das Empresas-Espelho da Região II disposição prevendo que, se o preço pago pelo vencedor for menor do que o preço da utilização das frequências, a diferença deveria ser paga pelo vencedor. Em novembro de 2014, após discussões judiciais entre a GVT e ANATEL, foi concedido e deferido o REFIS com desconto de R\$16.217, finalizando um montante a pagar de R\$18.530, sendo quitado 15% do parcelamento (R\$ 2.780) e o saldo remanescente foi acordado em 30 parcelas. O saldo total a pagar em 31 de dezembro de 2015 era de R\$10.843.

23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Oferta Primária de Ações

Em decorrência da Oferta Primária de Ações, encerrada em 6 de maio de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou aumentos de capital, dentro do limite de seu capital autorizado previsto no artigo 4º do Estatuto Social da Companhia e com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo nº 172 da Lei nº 6.404/76, conforme segue:

- Em reunião realizada em 28 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento de capital social no montante de R\$15.812.000, com a emissão de 121.711.240 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$38,47 e de 236.803.588 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$47,00, ambas de emissão da Companhia. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$37.798.110 para R\$53.610.110, sendo representado por 503.046.911 ações ordinárias e 978.737.161 ações preferenciais.
- Em reunião realizada em 30 de abril de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, por unanimidade, o aumento de capital social no montante de R\$295.285, com a emissão de 6.282.660 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão unitário de R\$47,00. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$53.610.110 para R\$53.905.395, sendo representado por 503.046.911 ações ordinárias e 985.019.821 ações preferenciais.

Incorporação de Ações da GVTPart.

Em decorrência da incorporação de ações da GVTPart., em AGE realizada em 28 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$9.666.021, com a emissão de 68.597.306 ações ordinárias e 134.320.885 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal da Companhia. Desta forma, o capital social da Companhia passou de R\$53.905.395 para R\$63.571.416, sendo representado por 571.644.217 ações ordinárias e 1.119.340.706 ações preferenciais.

Operações de *swap* de ações da Companhia entre a Telefónica e FrHolding108

Em 24 de junho de 2015, foi concluída a operação de *swap* de ações entre a Telefónica e a FrHolding108, por meio da qual a FrHolding108 transferiu à Telefónica 76.656.559 ações, representando 4,5% do capital social da Companhia, sendo 68.597.306 ações ordinárias, representando 12% das ações de referida espécie e 8.059.253 ações preferenciais, representando 0,72% das ações de referida espécie de emissão da Companhia, em troca de 1.110.000.000 ações representando 8,2% das ações ordinárias da Telecom Itália, anteriormente detidas pela TELCO, subsidiária da Telefónica.

Em 29 de julho de 2015, após o fechamento da Bolsa de Valores de Nova York (*New York Stock Exchange*) a Vivendi alienou 67.861.632 ações preferenciais da Companhia, representando 4% de seu capital social. Nesta mesma data, foi concluída a operação de *swap* de ações entre a Telefónica e a FrHolding108, resultando na transferência de 46.000.000 de ações de emissão da Telefónica mantidas em tesouraria à FrHolding108, em troca de 58.400.000 ações preferenciais de emissão da Companhia detidas pela FrHolding108, transferidas para a Telefónica. Desta forma, a participação da Telefónica na Companhia foi elevada em 5,2% em relação à totalidade de ações preferenciais e 3,5% em relação ao capital social total da Companhia. De modo inverso, a participação acionária da FrHolding108 na Companhia foi reduzida na mesma proporção e, portanto, a partir desta data a FrHolding108 não detém qualquer participação acionária na Companhia.

Representação do Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 era de R\$63.571.416 e R\$37.798.110, respectivamente. Após todos os eventos descritos, o capital subscrito e integralizado passou a ser representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

Em 31 de dezembro de 2015

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral		%, exceto ações em tesouraria
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria	
Acionistas							
Grupo Controlador	540.033.264	94,47%	704.207.855	62,91%	1.244.241.119	73,58%	73,69%
Telefônica Internacional S.A.	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%	24,12%
Telefônica S.A.	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%	29,81%
SP Telecomunicações Participações Ltda	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%	19,70%
Telefônica Chile S.A.	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%	0,06%
Acionistas não controladores	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%	26,31%
Outros acionistas	29.320.789	5,13%	415.132.117	37,09%	444.452.906	26,28%	26,31%
Total de ações em circulação	569.354.053	99,60%	1.119.339.972	100,00%	1.688.694.025	99,86%	100,00%
Ações em tesouraria	2.290.164	0,40%	734	0,00%	2.290.898	0,14%	0,00%
Total de ações	571.644.217	100,00%	1.119.340.706	100,00%	1.690.984.923	100,00%	100,00%
Valor Patrimonial por ação em circulação:					R\$	40,60	

Em 31 de dezembro de 2014

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral		%, exceto ações em tesouraria
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%, inclui ações em tesouraria	
Acionistas							
Grupo Controlador	350.127.371	91,76%	480.624.588	64,60%	830.751.959	73,81%	73,96%
Telefônica Internacional S.A.	58.859.918	15,43%	271.707.098	36,53%	330.567.016	29,38%	29,44%
Telefônica S.A.	97.976.194	25,68%	179.862.845	24,17%	277.839.039	24,68%	24,73%
SP Telecomunicações Participações Ltda	192.595.149	50,47%	29.042.853	3,90%	221.638.002	19,69%	19,73%
Telefônica Chile S.A.	696.110	0,18%	11.792	0,00%	707.902	0,06%	0,06%
Acionistas não controladores	31.208.300	8,17%	261.308.985	35,12%	292.517.285	25,98%	26,04%
Outros acionistas	31.208.300	8,17%	261.308.985	35,12%	292.517.285	25,98%	26,04%
Total de ações em circulação	381.335.671	99,93%	741.933.573	99,72%	1.123.269.244	99,78%	100,00%
Ações em tesouraria	251.440	0,07%	2.081.246	0,28%	2.332.686	0,21%	0,00%
Total de ações	381.587.111	100,00%	744.014.819	100,00%	1.125.601.930	100,00%	100,00%
Valor Patrimonial por ação em circulação:					R\$	40,02	

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; artigo 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

b) Prêmio na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013)/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 era de R\$75.388 (R\$70.448 em 31 de dezembro de 2014).

c) Reservas de Capital

c.1) Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 e 2014 era de R\$63.074.

c.2) Outras Reservas de Capital

Inclui os montantes do excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão e os custos diretos (líquidos de tributos) relacionados a aumentos de capital. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreram os seguintes movimentos nesta rubrica:

- R\$112.107, referente ao cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sendo 251.440 ações ordinárias e 2.081.246 ações preferenciais, conforme aprovação em AGE realizada em 12 de março de 2015;
- R\$62.433, referente aos custos diretos, (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações; e
- R\$1.188.707, referente a diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart. e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.372.683 (R\$2.735.930 em 31 de dezembro de 2014).

c.3) Ações em Tesouraria

As ações da Companhia mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2014 eram provenientes dos processos: (i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); (ii) de incorporação das ações da Vivo Participações (ocorrido em 2011); e (iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais.

Em 12 de março de 2015, a AGE aprovou o cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sendo 251.440 ações ordinárias e 2.081.246 ações preferenciais, representado pelo montante de R\$112.107.

Em decorrência do processo de aquisição e incorporação de ações da GVTPart., em 30 de junho de 2015, encerrou-se o prazo para os acionistas manifestarem a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart. (nota 4), bem como a incorporação de ações da GVTPart. pela Companhia e consequente conversão da GVTPart. em subsidiária integral da Companhia ("Operação"). Os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que dissentiram das deliberações tomadas na AGE, tiveram o direito de se retirar da Companhia, mediante o reembolso do valor das ações de que comprovadamente eram titulares em 19 de setembro de 2014 (inclusive), conforme divulgado no Aviso aos Acionistas de 25 de setembro de 2014.

Em decorrência da Operação descrita acima, a Companhia efetuou o pagamento de R\$87.805 aos acionistas que exerceram o direito de recesso, incluindo no caso de acionistas que solicitaram o levantamento de balanço especial, representando 2.290.989 ações, sendo 2.290.164 ações ordinárias e 734 ações preferenciais.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 era de R\$87.805 (R\$112.107 em 31 de dezembro de 2014).

d) Reservas de Lucro

d.1) Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 era de R\$1.703.643 (R\$1.532.630 em 31 de dezembro de 2014).

d.2) Reserva Especial para Expansão e Modernização

Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76 e, baseado em orçamento de capital a ser submetido para a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas ("AGO"), em 31 de dezembro de 2015, a Companhia constituiu a reserva especial para expansão e modernização no montante de R\$700.000, a qual será utilizada para o custeio parcial do orçamento de capital para o exercício de 2016.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 era de R\$700.000.

d.3) Reserva para Incentivos Fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP.

A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2015 era de R\$6.928 (R\$1.849 em 31 de dezembro de 2014).

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Dividendos Complementares do Exercício de 2014

Em 30 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a destinação de dividendos intermediários no montante de R\$2.750.000, com base nos lucros existentes do balanço de 31 de dezembro de 2014, equivalente a R\$2,296522661346 por ação ordinária e R\$2,526174927480 por ação preferencial. O pagamento destes dividendos nos montantes de R\$855.405 e R\$1.894.595 foram realizados em 12 de junho de 2015 e 9 de dezembro de 2015, respectivamente, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 10 de fevereiro de 2015, inclusive.

Em 9 de abril de 2015, a AGO aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2014, ainda não distribuídos, no montante de R\$18.592, equivalente a R\$0,015526054057 e R\$0,017078659463 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O pagamento destes dividendos foi realizado em 9 de dezembro de 2015, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 10 de fevereiro de 2015, inclusive.

O saldo de dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2014 era de R\$2.768.592.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Intermediários – Exercícios de 2015 e 2014

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Companhia destinou dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme demonstrados a seguir:

Exercício de 2015

Natureza	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (a)	
	Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos	12/05/2015	25/05/2015	Até 31/12/16	85.608	184.392	270.000	-	-	-	0,170179	0,187196
JSCP	12/05/2015	25/05/2015	Até 31/12/16	163.289	351.711	515.000	138.796	298.954	437.750	0,275910	0,303501
JSCP	20/07/2015	31/07/2015	Até 31/12/16	69.880	151.120	221.000	59.398	128.452	187.850	0,104325	0,114757
JSCP	20/08/2015	31/08/2015	Até 31/12/16	74.939	162.061	237.000	63.698	137.752	201.450	0,111878	0,123065
JSCP	18/09/2015	30/09/2015	Até 31/12/16	46.481	100.519	147.000	39.509	85.441	124.950	0,069392	0,076332
JSCP	19/10/2015	30/10/2015	Até 31/12/16	27.902	60.098	88.000	23.717	51.083	74.800	0,041541	0,045695
JSCP	19/11/2015	30/11/2015	Até 31/12/16	74.510	160.490	235.000	63.334	136.417	199.750	0,110934	0,122027
JSCP	17/12/2015	30/12/2015	Até 31/12/16	96.047	206.878	302.925	81.640	175.846	257.486	0,142998	0,157298
Total				638.656	1.377.269	2.015.925	470.091	1.013.945	1.484.036		

Exercício de 2014

Natureza	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (a)	
	Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	18/07/2014	31/07/2014	19/12/2014	94.899	203.101	298.000	80.664	172.636	253.300	0,211530	0,232683
JSCP	18/08/2014	29/08/2014	19/12/2014	95.340	204.045	299.385	81.039	173.438	254.477	0,212513	0,233765
JSCP	19/09/2014	30/09/2014	19/12/2014	79.666	170.501	250.167	67.716	144.926	212.642	0,177577	0,195334
JSCP	20/10/2014	31/10/2014	12/06/2015	97.374	208.398	305.772	82.768	177.138	259.906	0,217047	0,238752
JSCP	17/11/2014	28/11/2014	12/06/2015	147.522	315.725	463.247	125.394	268.366	393.760	0,328828	0,361711
JSCP	18/12/2014	30/12/2014	12/06/2015	151.402	324.027	475.429	128.692	275.423	404.115	0,337475	0,371223
Total				666.203	1.425.797	2.092.000	566.273	1.211.927	1.778.200		

(a) Os valores de JSCP estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF).

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio – Exercícios de 2015 e 2014

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2015 e 2014:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	3.420.249	4.936.659
Apropriação à reserva legal	(171.013)	(246.833)
Total	3.249.236	4.689.826
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(5.079)	(150)
Lucro líquido ajustado	3.244.157	4.689.676
Dividendos e JSCP distribuídos no ano:	2.015.925	2.092.000
Juros Sobre Capital Próprio (bruto)	1.745.925	2.092.000
Dividendos Intermediários	270.000	-
Saldo de lucro líquido não destinado	1.228.232	2.597.676
(+) Instrumentos patrimoniais prescritos	494.001	207.442
(+/-) (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos <i>superavitários</i> , líquidos de impostos e outros movimentos	264.990	(36.526)
Lucro disponível para distribuição	1.987.223	2.768.592
Proposta para a distribuição:		
Reserva especial para expansão e modernização	700.000	-
Dividendos adicionais propostos	1.287.223	2.768.592
Total	1.987.223	2.768.592
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	811.039	1.172.419

A forma proposta pela Administração para pagamento dos dividendos a deliberar foi:

Para o exercício de 2015: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ainda não destinados, no montante de R\$1.228.232, mais os instrumentos patrimoniais prescritos em 2015 no montante de R\$494.001 e outros resultados abrangentes no montante de R\$264.990 que totalizam o valor de R\$1.987.223. Deste montante, R\$700.000 foram classificados como “Reserva Especial para Expansão e Modernização” e R\$1.287.223 foram classificados como dividendos adicionais propostos, ambos dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Para o exercício de 2014: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ainda não destinados, no montante de R\$2.597.676, mais os instrumentos patrimoniais prescritos em 2014 no montante de R\$207.442 e menos outros resultados abrangentes no montante de (R\$36.526) que totalizam o valor de R\$2.768.592, foram classificados como dividendos adicionais propostos dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual foi submetida e aprovada na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 9 de abril de 2015.

<u>Total proposto para deliberação - por ação</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ações ordinárias	0,714874	2,312048
Ações preferenciais(1)	0,786362	2,543253

(1) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

Juros sobre o Capital Próprio

Por proposta da Administração, nos exercícios de 2014 e 2013 foram creditados juros sobre o capital próprio aos acionistas de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Juros sobre o capital próprio bruto	2.015.925	2.092.000
Ações ordinárias	638.656	666.203
Ações preferenciais	1.377.269	1.425.797
Imposto de renda retido na fonte	(261.889)	(313.800)
Juros sobre o capital próprio líquido	1.754.036	1.778.200

Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item “a” da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R\$137.273 e R\$207.442, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

f. Outros Resultados Abrangentes

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Operações com derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. A variação deve-se principalmente pela realização dos derivativos relacionados com o processo de aquisição e pagamento da GVTPart., ocorrida em maio de 2015 (nota 4).

Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes líquidos dos tributos:

	Consolidado			
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.13	(2.658)	6.610	12.897	16.849
Variação cambial	-	-	(551)	(551)
Ingressos de contratos futuros	-	221.211	-	221.211
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(5.044)	-	-	(5.044)
Saldos em 31.12.14	(7.702)	227.821	12.346	232.465
Variação cambial	-	-	21.679	21.679
Perdas de contratos futuros incluídos no resultado	-	149.931	-	149.931
Ganhos com <i>Cash Flow Hedge</i> reclassificados para ágio	-	(377.373)	-	(377.373)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(1.234)	-	-	(1.234)
Saldos em 31.12.15	(8.936)	379	34.025	25.468

g. Programa de Recompra de Ações da Companhia

Em reunião realizada em 9 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social, aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de emissão da própria Companhia, nos termos da instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social.

Até 31 de dezembro de 2015 não ocorreram aquisições de ações dentro do programa de recompra de ações da Companhia para permanência em tesouraria, para posterior alienação e/ou cancelamento.

24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Receita operacional bruta	51.279.650	50.174.659	60.997.496	52.602.904
Serviços de Telecomunicações (a)	47.616.176	47.008.672	57.063.584	49.177.953
Venda de mercadorias e aparelhos	3.663.474	3.165.987	3.933.912	3.424.951
Deduções da receita operacional bruta	(17.275.881)	(17.180.972)	(20.710.681)	(17.602.935)
Serviços de Telecomunicações	(15.110.632)	(15.232.475)	(18.513.027)	(15.646.015)
Tributos	(12.053.608)	(11.627.933)	(13.573.095)	(12.034.863)
Descontos concedidos	(3.057.024)	(3.604.542)	(4.939.932)	(3.611.152)
Venda de mercadorias e aparelhos	(2.165.249)	(1.948.497)	(2.197.654)	(1.956.920)
Tributos	(558.369)	(460.496)	(590.774)	(468.919)
Descontos concedidos e devoluções	(1.606.880)	(1.488.001)	(1.606.880)	(1.488.001)
Receita operacional líquida	34.003.769	32.993.687	40.286.815	34.999.969

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram de R\$210.636 e R\$154.861, respectivamente (nota 25).

Incluem serviços de telefonia, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	31.12.15				31.12.14			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(503.864)	(1.723.124)	(353.705)	(2.580.693)	(529.724)	(1.679.412)	(443.630)	(2.652.766)
Serviços de terceiros	(3.799.383)	(5.866.065)	(930.897)	(10.596.345)	(3.324.626)	(5.710.697)	(766.625)	(9.801.948)
Interconexão e uso de rede	(2.522.227)	-	-	(2.522.227)	(3.176.072)	-	-	(3.176.072)
Publicidade e propaganda	-	(953.845)	-	(953.845)	-	(940.952)	-	(940.952)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(1.822.030)	(131.576)	(184.078)	(2.137.684)	(1.550.111)	(140.912)	(173.720)	(1.864.743)
Impostos, taxas e contribuições	(1.526.430)	(3.851)	(62.573)	(1.592.854)	(1.669.844)	(3.128)	(39.950)	(1.712.922)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(1.016.816)	-	(1.016.816)	-	(832.184)	-	(832.184)
Depreciação e amortização (b)	(4.381.418)	(925.142)	(351.086)	(5.657.646)	(4.045.175)	(893.901)	(334.180)	(5.273.256)
Custo das mercadorias vendidas	(2.431.606)	-	-	(2.431.606)	(1.944.548)	-	-	(1.944.548)
Materiais e outros custos e despesas	(75.795)	(180.729)	(5.539)	(262.063)	(46.214)	(201.985)	(15.477)	(263.676)
Total	(17.062.753)	(10.801.148)	(1.887.878)	(29.751.779)	(16.286.314)	(10.403.171)	(1.773.582)	(28.463.067)

	Consolidado							
	31.12.15				31.12.14			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(813.612)	(1.939.493)	(468.557)	(3.221.662)	(549.353)	(1.684.431)	(445.483)	(2.679.267)
Serviços de terceiros	(5.300.820)	(6.183.609)	(1.044.272)	(12.528.701)	(4.024.576)	(5.703.257)	(795.288)	(10.523.121)
Interconexão e uso de rede	(2.595.894)	-	-	(2.595.894)	(3.176.278)	-	-	(3.176.278)
Publicidade e propaganda	-	(1.102.458)	-	(1.102.458)	-	(940.952)	-	(940.952)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(2.051.055)	(156.663)	(186.691)	(2.394.409)	(1.556.418)	(140.912)	(173.688)	(1.871.018)
Impostos, taxas e contribuições	(1.616.920)	(5.264)	(65.599)	(1.687.783)	(1.692.116)	(3.128)	(39.482)	(1.734.726)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(1.230.675)	-	(1.230.675)	-	(896.336)	-	(896.336)
Depreciação e amortização (b)	(5.269.588)	(1.181.216)	(364.147)	(6.814.951)	(4.067.310)	(893.900)	(334.379)	(5.295.589)
Custo das mercadorias vendidas	(2.597.088)	-	-	(2.597.088)	(2.107.068)	-	-	(2.107.068)
Materiais e outros custos e despesas	(100.099)	(206.099)	(13.193)	(319.391)	(49.556)	(203.809)	(15.483)	(268.848)
Total	(20.345.076)	(12.005.477)	(2.142.459)	(34.493.012)	(17.222.675)	(10.466.725)	(1.803.803)	(29.493.203)

- (a) Os montantes de contratos de swap de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram de R\$210.636 e R\$154.861, respectivamente (nota 24).
- (b) Os montantes de 2015 incluem R\$37.626 referente a créditos de PIS e COFINS não cumulativos.

26) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Multas e despesas recuperadas	479.354	390.377	538.239	418.139
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(961.158)	(773.707)	(1.057.794)	(775.390)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	24.590	(15.599)	(4.512)	(10.266)
Outras receitas (despesas) operacionais	(13.678)	(28.166)	(30.138)	(30.220)
Total	(470.892)	(427.095)	(554.205)	(397.737)
Outras receitas operacionais	503.944	482.788	538.239	510.628
Outras despesas operacionais	(974.836)	(909.883)	(1.092.444)	(908.365)
Total	(470.892)	(427.095)	(554.205)	(397.737)

27) RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	719.755	539.738	832.872	629.476
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	74.044	119.958	87.023	119.661
Ganho com operações com derivativos	2.220.966	641.296	2.910.914	641.296
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	128.304	153.953	203.754	153.953
Outras receitas com variações cambiais e monetárias	528.047	286.620	569.698	288.854
Outras receitas financeiras	92.761	127.766	124.404	150.146
Total	3.763.877	1.869.331	4.728.665	1.983.386
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	(786.963)	(738.980)	(921.019)	(738.980)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	(415.977)	(338.108)	(1.365.133)	(338.108)
Perdas com operações com derivativos	(1.883.445)	(542.967)	(2.011.855)	(542.967)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(203.765)	(182.059)	(216.729)	(184.010)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(655.268)	(377.338)	(704.438)	(389.132)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas (receitas) financeiras	(293.776)	(161.978)	(357.669)	(152.184)
Total	(4.239.194)	(2.341.430)	(5.576.843)	(2.345.381)

28) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Lucro antes dos tributos	4.054.307	4.374.054	4.393.456	4.753.974
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(1.378.464)	(1.487.178)	(1.493.775)	(1.616.351)
<u>Diferenças permanentes e temporárias</u>				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	247.236	252.493	692	2.360
Dividendos prescritos	(6.552)	(17.860)	(6.552)	(17.860)
Despesas indedutíveis, brindes e incentivos	(128.170)	(118.968)	(139.752)	(122.353)
Ajuste de tributos diferidos Lei 12973/14 (a)	-	1.195.989	-	1.195.989
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	593.615	711.280	593.615	711.280
Outras (adições) exclusões	38.277	26.849	72.565	29.620
Débito (crédito) tributário	(634.058)	562.605	(973.207)	182.685
Taxa efetiva	15,6%	-12,9%	22,2%	-3,8%
IRPJ e CSLL corrente	(457.008)	(293.275)	(939.500)	(567.014)
IRPJ e CSLL diferido	(177.050)	855.880	(33.707)	749.699

- (a) Após a entrada em vigor da Lei nº 12.973 (conversão da Medida Provisória nº 627/13), publicada em 14 de maio de 2014, a Companhia revisou as bases fiscais de certos intangíveis decorrentes de combinações de negócios, representando um efeito líquido positivo no resultado na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$1.195.989 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 8.2.

29) RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. As transações que geraram a emissão de ações ordinárias e preferenciais da Companhia durante exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão detalhadas na nota 23.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	Controladora	
	31.12.15	31.12.14
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	3.420.249	4.936.659
Ordinárias	1.083.911	1.572.094
Preferenciais	2.336.338	3.364.565
Número de Ações:	1.491.131	1.123.269
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	503.842	381.335
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	987.289	741.934
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	2,15	4,12
Ações preferenciais	2,37	4,53

30) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo da Telefónica;
- Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;
- Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefónica Inteligência e Segurança Brasil;
- Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
- Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, prestados pela Telefónica Global Technology;
- Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- Serviços de gestão administrativa (serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos), prestados pela Telefónica Serviços Empresariais do Brasil;
- Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*, prestados pela Telefónica Transportes e Logística. Os montantes do exercício de 2015, referem-se ao período de janeiro a outubro de 2015, mês em que esta empresa foi adquirida pela TData;
- Serviços de provedor de conteúdo, prestados pela Terra Networks Brasil;
- Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;
- Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica.
- Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica.

- m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica;
- n) Plano de ações aos empregados da Companhia e controladas, vinculado a aquisição de ações da Telefónica;
- o) *Cost Sharing Agreement (CSA)*, reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Internacional e Telefónica Digital.
- p) Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefónica;
- q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do grupo pela Telfisa.
- r) Soluções integrais de aprendizagem on-line para a Educação e Formação em modalidade *e-learning*.
- s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo.
- t) Investimento Social a Fundação Telefônica, utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social.
- u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX.
- v) Plataforma Adquira Sourcing, solução on-line para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefónica Compras Electrónicas;
- x) Midia Digital; serviços de comercialização e exploração de *Marketing Digital in-store* e *outdoor* prestado pela Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil;

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

Balço Patrimonial - Ativo								

		Balço Patrimonial - Passivo					
		Em 31.12.15			Em 31.12.14		
		Passivo circulante		Passivo no circulante	Passivo circulante		Passivo no circulante
		Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Natureza da transação							
Empresas							
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	l)	-	-	57	3.759	2.062	6.029
Telefónica Internacional	l) / o)	63.280	-	-	59.069	-	-
Telefónica	l) m) / n)	898	86.596	-	271	86.081	13.522
		64.178	86.596	57	63.099	88.143	19.551
Outras empresas do grupo							
Telefónica USA	f)	17.786	122	202	-	77	137
Telefónica Peru	k)	2.894	-	-	553	-	-
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil	c)	5.234	-	8	3.281	-	8
Telefónica International Wholesale Services Brasil	d) / f) / l)	35.299	1.673	378	67.304	1.470	378
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	16.501	19.208	-	46.271	6.638	-
Telefónica Mviles Del Espanha	k)	14.437	-	-	6.859	-	-
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil	g) / l)	1.904	2.115	1.745	7.000	24	560
Telefónica Transportes e Logística	h)	-	-	-	20.816	270	259
Terra Networks Brasil	i)	5.647	78	769	2.439	78	769
Telefónica Global Technology	e)	14.071	-	-	12.950	-	-
Telefónica Digital Espanha	o)	30.311	-	-	18.570	590	-
Media Networks Latina America SAC	b)	45.866	-	-	18.128	-	-
Telefónica Learning Services Brasil	r)	10.607	-	-	7.597	-	-
Telefónica On The Spot Soluções Digitais Brasil	x)	1.213	-	-	55	-	-
Companhia AIX de Participações	u)	1.601	-	-	-	-	-
Telefónica Factoring do Brasil	s)	-	8.400	-	-	232	-
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	1.500	-	-	1.238	-	-
Telefónica Compras Electrónicas	v)	14.738	-	-	-	-	-
Telefónica Mviles Argentina	k)	8.027	-	-	5.839	-	-
Telefónica Mviles Del Chile	k)	9.758	-	-	6.627	-	-
Pegaso PCS	k)	354	-	-	641	-	-
Otocel	k)	3.056	-	-	974	-	-
Telefónica Mviles Del Uruguay	k)	1.342	-	-	914	-	-
Telefonica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	4.800	-	-	2.918	-	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	991	-	-	742	-	-
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	416	-	-	338	-	-
Telefónica Mviles Panama	k)	362	-	-	339	-	-
MFS Serviços de Meios de Pagamento	l)	75	-	-	19	-	-
Telefónica Global Roaming	k)	2.744	-	-	-	-	-
Outras	k) / t)	599	22	613	3.573	5	614
		252.133	31.618	3.715	235.985	9.384	2.725
Total		316.311	118.214	3.772	299.084	97.527	22.276

	Natureza da transação	Demonstração dos Resultados	
		31.12.15	31.12.14
Empresas			
Controladoras			
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	(240)	(18.292)
Telefônica Internacional	d) / l) / o)	120.575	113.349
Telefônica	l) / m) / n)	(372.167)	(337.975)
		(251.832)	(242.918)
Outras empresas do grupo			
Telefônica USA	f) / j)	(12.917)	1.692
Telefônica Chile	k)	215	(56)
Telefônica Peru	k)	(3.190)	(793)
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / c) / d) / l)	(24.660)	(6.787)
Telefônica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / l)	(237.529)	(190.702)
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	66.101	10.800
Telefônica Mviles Del Espanha	k)	(885)	(2.464)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / g) / l) / p)	(6.468)	(59.523)
Telefônica Transportes e Logística	a) / d) / h) / l) / p)	(53.657)	(78.500)
Terra Networks Brasil	a) / d) / i) / l)	(20.123)	6.323
Telefônica Global Technology, S.A.U.	e) / l)	(9.456)	(20.351)
Telefônica Digital España	l) / o)	(52.296)	(3.446)
Media Networks Latina America SAC	b) / l)	(39.234)	868
T. learning Services Brasil	a) / r)	(44.685)	(17.648)
Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil	a) / l) x)	(1.276)	658
Companhia AIX de Participações	a) / u)	(19.184)	(18.417)
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	124	999
Fundação Telefônica	a) / d) / l) t)	(10.283)	(11.445)
Colombia Telecomunicaciones S.A. ESP	k)	(188)	(481)
Telefônica Compras Electrónicas	v)	(13.692)	(2.549)
Wayra Brasil Aceleradora de Projetos	a) / d) / l)	3.336	5.359
Telefônica Mviles Argentina	k)	(7.675)	(1.003)
Telefônica Mviles Del Chile	k)	(3.405)	(403)
Pegaso PCS	k)	(2.503)	(1.642)
Otcel	k)	(635)	(107)
Telefônica Mviles Del Uruguay	k)	(1.705)	(1.854)
Telefonica UK LTD.(O2 UK LTD)	k)	854	(379)
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	(1.412)	(2.611)
Telcel Telecom. Celulares C. A.	k)	1.920	168
Telefônica Mviles Panama	k)	(480)	(331)
MFS Serviços de Meios de Pagamento	a) / d) / l)	(2.295)	(19)
Telefonica Global Roaming	k)	(3.981)	-
Outras	a) / d) / k) / l)	(132)	(14.682)
		(501.396)	(409.326)
Total		(753.228)	(652.244)

Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi de R\$82.582 e R\$22.174, respectivamente. Destes montantes, R\$40.328 (R\$16.793 em 31 de dezembro de 2014) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$42.254 (R\$5.381 em 31 de dezembro de 2014) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupos de Despesas Gerais e Administrativas (nota 25).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

31) SEGUROS

A política da Companhia e controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2015, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R\$850.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

32) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e controladas.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia e controladas reembolsam à Telefónica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2015 estão detalhados a seguir:

a) Plano Performance & Investment Plan ("PIP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

Em 2014 foi aprovada a extensão deste programa por mais 3 ciclos, com duração de 3 anos cada, iniciando em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data de concessão, sendo que as ações são transferidas para os participantes se atingida a meta de TSR.

O ciclo 2012-2015 foi finalizado em junho de 2015 e, com o atingimento do TSR, 68 executivos da Companhia tiveram o direito de receber 258.552 ações da Telefónica.

Os próximos lançamentos estão programados da seguinte forma:

- Ciclo 2013-2016: acontece em junho de 2016, com 72 executivos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 274.572 ações da Telefónica.
- Ciclo 2014-2017: acontece em setembro de 2017, com 77 executivos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 368.983 ações da Telefónica.
- Ciclo 2015-2018: acontece em setembro de 2018, com 128 executivos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 771.058 ações da Telefónica.

O número máximo de ações atribuído nos ciclos em aberto em 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

<u>Ciclos</u>	<u>Quantidade de ações iniciais + Co-Investimento (Executivos ativos)</u>	<u>Valor unitário em Euros - cotação em 31.12.15</u>	<u>Data da finalização</u>
3º ciclo 1º de julho de 2013	274.572	10,24	30 de junho de 2016
4º ciclo 1º de outubro de 2014	368.983	10,24	30 de setembro de 2017
5º ciclo 1º de outubro de 2015	771.058	10,24	30 de setembro de 2018

b) Plano Talent for the Future Share Plan ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido.

O número máximo de ações atribuído no primeiro ciclo em aberto em 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

<u>Ciclo</u>	<u>Quantidade de ações iniciais + Co-Investimento (Executivos ativos)</u>	<u>Valor unitário em Euros - cotação em 31.12.15</u>	<u>Data da finalização</u>
1º ciclo 1º de outubro de 2014	66.500	10,24	30 de setembro de 2017
2º ciclo 1º de outubro de 2015	81.000	10,24	30 de setembro de 2018

c) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: Global Employee Share Plan ("GESP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica, celebrada em 30 de maio de 2014, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Companhia e controladas. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de 2 anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica mediante contribuições mensais de 25 até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de 12 meses (período de compra).

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 31 de julho de 2017, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefónica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

A seguir, demonstramos as movimentações (quantidades) e preços médios ponderados dos planos de remunerações de ações descritos anteriormente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	Consolidado			
	Quantidades / Planos			
	TFSP	PIP	GESP	Total
Ações em aberto em 31.12.13	-	1.495.540	-	1.495.540
Ações concedidas no exercício	73.500	498.890	135.659	708.049
Ações exercidas no exercício	-	-	(135.659)	(135.659)
Ações em aberto em 31.12.14	73.500	1.994.430	-	2.067.930
Ações concedidas no exercício	81.000	771.058	-	852.058
Ações vencidas no exercício	(7.000)	(1.092.323)	-	(1.099.323)
Ações exercidas no exercício	-	(258.552)	-	(258.552)
Ações em aberto em 31.12.15	147.500	1.414.613	-	1.562.113

	Preço médio ponderado (Euros)				
	2015		2014		
	TFSP	PIP	TFSP	PIP	GESP
Ações em aberto em 1º de janeiro de	12,12	12,38	-	12,63	-
Ações concedidas no exercício	12,36	12,36	12,12	12,12	12,88
Ações exercidas no exercício	12,36	12,36	-	-	12,88
Ações em aberto em 31 de dezembro de	12,36	12,36	12,12	12,38	-

As despesas da Companhia e controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos acima, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 25) e correspondem a R\$15.406 e R\$12.038 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

33) PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Entidade	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	Benefício Definido (BD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefônica Data

Planos de Benefícios de Saúde Pós-Emprego

- Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)

A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, a custo compartilhado, patrocinam planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social ("Sistel") e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de 1,5% de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados aos planos PBS.

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

Em reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sistel, realizada em 30 de setembro de 2015, foi aprovada a constituição de um fundo de compensação e solvência, formado pelos recursos da reserva especial do plano PBS-A, para suprir a insuficiência financeira do PAMA, exclusivamente para fins de cumprimento de decisão judicial transitada em julgado. Esta decisão judicial obriga que as patrocinadoras (entre elas a Companhia), mantenham o PAMA nas condições originais de cobertura e equacionem permanentemente o *déficit* existente.

Em função do equacionamento do *déficit* do PAMA, a Companhia efetuou a baixa do passivo atuarial relativo ao PAMA no montante de R\$430.335 em contrapartida a outros resultados abrangentes (R\$284.021 líquido de tributos).

- Plano de assistência médica – Lei 9.656/98

Em atendimento à Lei nº 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano.

Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em:

- a) Aposentados e seus dependentes: Os aposentados que contribuíram por mais de dez anos podem manter o plano pelo tempo que desejarem, desde que efetuem contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras para garantia de sua permanência no plano. Quando o período de contribuição for inferior a dez anos, cada ano contribuído dará direito à permanência por um ano no plano depois da aposentadoria, desde que efetuem contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras para garantia de sua permanência no plano.
- b) Demitidos e seus dependentes: Os demitidos podem permanecer no plano pelo período equivalente a um terço do tempo em que efetuaram contribuições enquanto empregados ativos. O período de benefício deverá respeitar o limite mínimo de seis meses e o máximo de dois anos, desde que efetuem contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras para garantia de sua permanência no plano.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras. A implementação das tabelas será feita de forma gradual, de acordo com os seguintes percentuais: 1º ano 60% do valor da tabela; 2º ano 68% do valor da tabela; 3º ano 77% do valor da tabela; 4º ano 88% do valor da tabela; e 5º ano 100% do valor da tabela.

Planos de Previdência Pós-Emprego

- Plano PBS Assistidos (PBS-A)

O plano PBS Assistidos é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas da privatização do sistema Telebrás. O plano está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

O plano PBS Assistidos é composto por participantes assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.

Embora o plano PBS Assistidos apresente ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.

Os ativos do plano estão posicionados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos do plano foi efetuado com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

Em reunião ordinária do Conselho Deliberativo da Sistel, realizada em 30 de setembro de 2015, foi aprovada a descontinuação da reserva especial para fundo de revisão do plano PBS-A, referente aos exercícios de 2009, 2010 e 2011, com a consequente formação do Fundo de Compensação e Solvência.

O Fundo de Compensação e Solvência foi destinado pela Diretoria Executiva da Sistel para suprir a insuficiência financeira do PAMA, para fins exclusivos de cumprimento de decisão judicial transitada em julgado. Esta decisão judicial obriga que as patrocinadoras (entre elas a Companhia), mantenham o PAMA nas condições originais de cobertura e equacionem permanentemente o *déficit* existente. A partir de então, a Sistel deverá verificar nas avaliações atuariais anuais do plano PBS-A, a existência de valores excedentes, além da reserva de contingência de 25%, para suprir necessidades do PAMA.

- Plano CTB

A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira ("CTB") que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago ao ex-empregado diretamente pela empresa. Em caso de falecimento do ex-empregado em gozo de benefício, o cônjuge fará jus a 50% do valor do benefício que o mesmo recebia, na data do falecimento. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

- Planos PBS

A Companhia patrocina, individualmente, planos de benefícios definidos de benefícios previdenciários, os planos PBS, administrados pela Visão Prev. Os planos PBS incluem: (i) Plano Telefônica BD (antigo plano PBS Telesp); e (ii) Plano PBS Telemig Celular.

Visando aprimorar a alocação dos ativos dos planos PBS e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que os planos PBS apresentam trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

A Visão Prev obteve aprovações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") para incorporações de planos para simplificação de estruturas e unificação de regulamentos. Em 28 de janeiro de 2014 a PREVIC aprovou o processo de incorporação dos planos PBS Telesp Celular, PBS TCO e PBS Tele Leste Celular pelo plano PBS Telefônica BD. Em 27 de janeiro de 2015 a PREVIC aprovou o processo de incorporação do plano PBS Tele Sudeste Celular pelo plano PBS Telefônica BD.

As contribuições aos planos CTB e PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.

- Planos PREV

A Companhia patrocina, individualmente, planos híbridos de benefícios definidos e de contribuição definida de benefícios previdenciários, os planos PREV, administrados pela Visão Prev. Os planos PREV incluem: (i) Plano Vivoprev; e (ii) Plano Tcoprev.

As contribuições aos planos PREV são:

Plano Vivoprev: O participante pode fazer três tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) contribuição básica: percentual de 0% a 8% do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição básica do participante; (ii) contribuição suplementar: percentual sobre o salário de participação, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (iii) contribuição esporádica: com valor e periodicidade definidos pelo participante, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Plano Tcoprev: O participante pode fazer três tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) contribuição básica: percentual de acordo com a idade do participante, sendo: até 25 anos, de 3% a 8% do salário de participação; 26 a 30 anos, de 4% a 8% do salário de participação; 31 a 35 anos, de 5% a 8% do salário de participação; 36 a 40 anos, de 6% a 8% do salário de participação; 41 a 45 anos, de 7% a 8% do salário de participação; 46 ou mais anos, 8% do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com o valor equivalente ao da contribuição básica do participante; (ii) contribuição voluntária: percentual do salário de participação de no máximo 22%, escolhido pelo participante, cujo percentual na contribuição básica seja de 8%, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (iii) contribuição esporádica: com valor definido pelo participante, porém não inferior a 10% do valor vigente do salário teto de contribuições ao plano, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição variável, de caráter eventual, calculada a partir de percentual incidente sobre o valor da folha de salários dos participantes vinculados à patrocinadora.

Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Tcoprev e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano Tcoprev apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.

Em 21 de setembro de 2015 a PREVIC aprovou o processo de incorporação dos planos Tcpprev e Celprev Telemig pelo plano Visão Telefônica.

- Planos VISÃO

Os planos VISÃO, Visão Multi e o plano Visão Tgestiona, por sua similaridade, passarão a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação VISÃO.

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários, os planos VISÃO, administrados pela Visão Prev. Os planos VISÃO incluem: (i) Plano Visão Telefônica; (ii) Plano Visão Multi; e (iii) Plano Visão Tgestiona.

As contribuições aos planos VISÃO são:

Plano Visão Telefônica: O participante pode fazer cinco tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) contribuição básica: percentual de 2% do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição básica do participante; (ii) contribuição adicional: percentual de 0% a 7% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição adicional do participante; (iii) contribuição esporádica: percentual inteiro de escolha do participante, aplicado sobre o salário de participação, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; (iv) contribuição específica: percentual inteiro aplicável sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (v) contribuição suplementar: com valor e periodicidade definidos pelo participante, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Plano Visão Multi: Em 2014 a Companhia, juntamente com outras patrocinadoras, assinou convênio de adesão ao plano Visão Multi, sendo que os novos empregados contratados desde então passaram a ter direito de adesão a este plano. Este plano, tal como as características dos planos VISÃO, é um plano de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários e é administrado pela Visão Prev.

O participante pode fazer quatro tipos de contribuição ao plano Visão Multi, sendo: (i) contribuição básica: percentual inteiro entre 1% e 2% do salário de participação; (ii) contribuição adicional: percentual de 0% a 5% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão do plano; (iii) contribuição esporádica: percentual inteiro de escolha do participante; e (iv) contribuição específica: percentual inteiro aplicável sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora.

A patrocinadora também contribui em contrapartida às contribuições básica e adicional dos participantes, em diferentes proporções, de acordo com o tempo de admissão do empregado, sendo: até 4 anos de serviço, contribuição de 50% das contribuições do participante; de 5 a 8 anos de serviço, contribuição de 100% das contribuições do participante; e acima de 8 anos de serviço, contribuição de 125% das contribuições do participante. Para as contribuições esporádica e específica não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Plano Visão Tgestiona: A controlada TGLOG patrocina, em conjunto com outras patrocinadoras, o plano Visão Tgestiona. Este plano, tal como as características dos planos VISÃO, é um plano de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários e é administrado pela Visão Prev.

O participante pode fazer quatro tipos de contribuição ao plano Visão Tgestiona, sendo: (i) contribuição básica: percentual de 2% do salário de participação para participantes com adesão até 30/11/2008 e de 1% do salário de participação para participantes com adesão após 30/11/2008; (ii) contribuição adicional: contribuição opcional com percentual de 0% a 7% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão do plano para participantes com adesão até 30/11/2008 e percentual de 0% a 5% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão do plano para participantes com adesão após 30/11/2008; (iii) contribuição específica: percentual inteiro aplicável sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora; e (iv) contribuição suplementar: com valor e periodicidade definidos pelo participante.

A patrocinadora também contribui com 100% da contribuição básica e da contribuição adicional efetuada pelos participantes com adesão até 30/11/2008. Para os participantes com adesão após 30/11/2008 a patrocinadora também contribui em contrapartida às contribuições básica e adicional dos participantes, em diferentes proporções, de acordo com o tempo de admissão do empregado, sendo: até 5 anos de serviço, contribuição de 30% das contribuições do participante; de 5 a 10 anos de serviço, contribuição de 60% das contribuições do participante; e acima de 10 anos de serviço, contribuição de 100% das contribuições do participante. Para as contribuições específica e suplementar não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Em 21 de setembro de 2015 a PREVIC aprovou o processo de incorporação dos planos Visão Telerj Celular, Visão Telest Celular, Visão Telebahia Celular, Visão Telergipe Celular e Visão Celular CRT pelo plano Visão Telefônica.

As contribuições realizadas pela Companhia referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R\$20.092 em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.830 em 31 de dezembro de 2014).

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2015 e 2014, com base no cadastro dos participantes de 31 de julho de 2015 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel (exceto para o cadastro dos participantes do plano de assistência médica – Lei 9.656/98, com data base em 30 de abril de 2015), ambos projetados para 31 de dezembro de 2015 e com base no cadastro dos participantes de 31 de julho de 2014 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, respectivamente, ambos projetados para 31 de dezembro de 2014, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, Debêntures, Letras financeiras e Cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado). Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev e Sistel) procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

À exceção dos planos deficitários CTB e plano assistência médica – Lei 9.656/98, todos os demais planos de benefícios apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos. O benefício econômico apresentado no ativo considera apenas a parte dos *superávits* que é realmente possível de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.

A seguir apresentamos as informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego.

a) Conciliação dos ativos e passivos

	Valor presente de obrigação por benefício definido	Valor justo dos ativos dos planos	Passivo (ativo) líquido	Limitador dos ativos	Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.15	
					Ativo não circulante	Passivo não circulante
Planos de previdência pós-emprego	1.503.966	2.178.182	(674.216)	721.123	(8.724)	55.631
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	402.927	529.485	(126.558)	156.270	-	29.712
TOTAL	1.906.893	2.707.667	(800.774)	877.393	(8.724)	85.343

	Valor presente de obrigação por benefício definido	Valor justo dos ativos dos planos	Passivo (ativo) líquido	Limitador dos ativos	Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.14	
					Ativo não circulante	Passivo não circulante
Planos de previdência pós-emprego	1.559.008	2.647.155	(1.088.147)	1.132.969	(14.653)	59.475
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	453.344	56.690	396.654	-	-	396.654
TOTAL	2.012.352	2.703.845	(691.493)	1.132.969	(14.653)	456.129

b) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

	31.12.15			31.12.14		
	Custo do serviço corrente	Juros líquidos sobre o ativo / passivo atuarial líquidos	Total	Custo do serviço corrente	Juros líquidos sobre o ativo / passivo atuarial líquidos	Total
Planos de previdência pós-emprego	2.682	4.525	7.207	2.558	2.901	5.459
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	5.720	36.763	42.483	90	34.590	34.680
TOTAL	8.402	41.288	49.690	2.648	37.491	40.139

c) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31.12.15			31.12.14		
	(Ganhos) e perdas atuariais	Efeito limitador	Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	(Ganhos) e perdas atuariais	Efeito limitador	Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes
Planos de previdência pós-emprego	(87.306)	(541.596)	(628.902)	39.742	(25.210)	14.532
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	76.868	150.541	227.409	40.811	-	40.811
TOTAL	(10.438)	(391.055)	(401.493)	80.553	(25.210)	55.343

d) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.14	Combinações de negócios	Despesas em 2015	Contribuições das patrocinadoras em 2015	Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	Transferências de reservas entre planos	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.15	Ativo atuarial reconhecido no balanço em 31.12.15	Passivo atuarial reconhecido no balanço em 31.12.15
Planos de previdência pós-emprego	44.822	(25)	7.207	(9.136)	(628.902)	632.941	46.907	(8.724)	55.631
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	396.654	-	42.483	(3.893)	227.409	(632.941)	29.712	-	29.712
TOTAL	441.476	(25)	49.690	(13.029)	(401.493)	-	76.619	(8.724)	85.343

	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.13	Combinações de negócios	Despesas em 2014	Contribuições das patrocinadoras em 2014	Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	Transferências de reservas entre planos	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.14	Ativo atuarial reconhecido no balanço em 31.12.14	Passivo atuarial reconhecido no balanço em 31.12.14
Planos de previdência pós-emprego	31.249	-	5.459	(6.418)	14.532	-	44.822	(14.653)	59.475
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	321.193	-	34.680	(30)	40.811	-	396.654	-	396.654
TOTAL	352.442	-	40.139	(6.448)	55.343	-	441.476	(14.653)	456.129

e) Movimentação do passivo de benefício definido

	Passivo de benefício definido em 31.12.14	Obrigação assumida por aquisição de sociedade	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos no exercício	Contribuição de participantes vertidas no exercício	(Ganhos) perdas atuariais ajustados pela experiência	(Ganhos) perdas atuariais ajustados por premissas financeiras	Passivo de benefício definido em 31.12.15
Planos de previdência pós-emprego	1.559.008	82	2.682	167.819	(149.994)	94	82.913	(158.638)	1.503.966
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	453.344	-	5.720	53.879	(23.550)	-	(32.368)	(54.098)	402.927
TOTAL	2.012.352	82	8.402	221.698	(173.544)	94	50.545	(212.736)	1.906.893

	Passivo de benefício definido em 31.12.13	Obrigação assumida por aquisição de sociedade	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos no exercício	Contribuição de participantes vertidas no exercício	(Ganhos) perdas atuariais ajustados pela experiência	(Ganhos) perdas atuariais ajustados por premissas financeiras	Passivo de benefício definido em 31.12.14
Planos de previdência pós-emprego	1.501.256	-	2.558	154.798	(135.365)	400	30.232	5.129	1.559.008
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	387.460	-	90	40.833	(19.229)	-	44.716	(526)	453.344
TOTAL	1.888.716	-	2.648	195.631	(154.594)	400	74.948	4.603	2.012.352

f) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.14	Acervo adquirido por aquisição de sociedade	Benefícios pagos no exercício	Contribuições dos participantes vertidas no exercício	Contribuições do patrocinador vertidas no exercício	Receitas de juros sobre os ativos dos planos	Retorno sobre os ativos dos planos, exceto receitas de juros	Transferências de reservas entre planos	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.15
Planos de previdência pós-emprego	2.647.155	2.083	(142.965)	94	2.106	291.069	11.581	(632.941)	2.178.182
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	56.690	-	(19.688)	-	31	22.845	(163.334)	632.941	529.485
TOTAL	2.703.845	2.083	(162.653)	94	2.137	313.914	(151.753)	-	2.707.667

	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.13	Acervo adquirido por aquisição de sociedade	Benefícios pagos no exercício	Contribuições dos participantes vertidas no exercício	Contribuições do patrocinador vertidas no exercício	Receitas de juros sobre os ativos dos planos	Retorno sobre os ativos dos planos, exceto receitas de juros	Transferências de reservas entre planos	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.14
Planos de previdência pós-emprego	2.531.703	-	(129.496)	400	549	266.241	(22.242)	-	2.647.155
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	66.267	-	(19.229)	-	30	6.243	3.379	-	56.690
TOTAL	2.597.970	-	(148.725)	400	579	272.484	(18.863)	-	2.703.845

g) Resultados previstos para o exercício de 2016

	Custo do serviço corrente	Juros líquidos sobre o valor de passivo / ativo de benefício definido líquido	Total
Planos de previdência pós-emprego	2.811	5.278	8.089
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	2.761	2.986	5.747
Total	5.572	8.264	13.836

h) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2016

	Contribuições das patrocinadoras	Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	Total
Planos de previdência pós-emprego	2.870	6.426	9.296
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	33	15.593	15.626
Total	2.903	22.019	24.922

i) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

Plano	31.12.15	31.12.14
Planos de previdência pós-emprego	9 anos	10 anos
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	13,5 anos	14,5 anos

j) Premissas atuariais

Plano	31.12.15											
	Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Taxa de inflação de longo prazo	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria	Tábua de mortalidade de válidos	Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua de entrada em invalidez	Rotatividade
PBS-A	12,55%	5,00%	N/A	N/A	4,00%	5,0%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Mercer Disability	N/A
PAMA / PCE	12,53%	5,00%	N/A	8,15%	4,00%	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Mercer Disability	N/A
Assistência médica - Lei 9.656/98	13,63%	6,00%	N/A	9,18%	De 0 a 24 anos: 0,50% De 25 a 54 anos: 2,00% De 55 a 79 anos: 4,50% Acima de 80 anos: 3,00%	N/A	100% aos 60 anos	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	Light-Fraca, suavizada em 30%	Experiência pela rotatividade observada na Telefônica (2011 a 2014)
CTB	12,55%	5,00%	6,69%	N/A	4,00%	5,0%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Mercer Disability	N/A
PBS	12,56%	5,00%	6,69%	N/A	4,00%	5,0%	N/A	57 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Mercer Disability	N/A
PREV	12,74%, exceto para o plano TCOPrev, onde é utilizada a taxa de 12,56%	5,00%	6,69%	N/A	4,00%	5,0%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	RP-2000 Disabled Masculina	Light-Fraca, suavizada em 30%	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)
VISÃO	12,74%	5,00%	6,69%	N/A	4,00%	5,0%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	RP-2000 Disabled Masculina	Light-Fraca, suavizada em 30%	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)

31.12.14										
Plano	Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria	Tábua de mortalidade de válidos	Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua de entrada em invalidez	Rotatividade
PBS-A	11,26%	N/A	N/A	5,0%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Mercer Disability	N/A
PAMA / PCE	11,31%	N/A	8,15%	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subsequente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Mercer Disability	N/A
CTB	11,22%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Mercer Disability	N/A
PBS	11,28%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	57 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Mercer Disability	N/A
PREV	11,17%, exceto para o plano TCOPrev, onde é utilizada a taxa de 11,29%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	RP-2000 Disabled Masculina	Light-Fraca, suavizada em 30%	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)
VISÃO	11,17%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	RP-2000 Disabled Masculina	Light-Fraca, suavizada em 30%	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)

Além das premissas acima, para 2014 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa de inflação de longo prazo: 5,0%; e
- Crescimento dos custos médicos por idade (*aging factor*): 4%.

k) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e demográfica, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

A premissa financeira que sofreu alterações em relação ao exercício anterior e que interfere no passivo de benefício definido é a taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido.

A seguir, demonstramos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais:

	Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais vigentes	Passivo de benefício definido, com base nas mesmas premissas atuariais do exercício anterior	Variação observada pela alteração das premissas atuariais
Planos de previdência pós-emprego	1.503.966	1.662.604	(158.638)
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	402.927	457.024	(54.097)
Total	1.906.893	2.119.628	(212.735)

l) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que a premissa atuarial significativa, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderia alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido é a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido.

Segue análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido:

	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%
Planos de previdência pós-emprego	1.503.966	1.447.377	1.564.848
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	402.927	383.792	423.796
Total	1.906.893	1.831.169	1.988.644

m) Alocação dos ativos dos planos

	31.12.15		31.12.14	
	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego
Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:				
Investimentos em renda fixa				
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	450.062	1.507.016	50.613	1.733.054
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	79.423	183.484	4.048	129.474
Operações Compromissadas	-	111.863	-	126.832
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	37.333	2.029	65.914
Letras Financeiras	-	4.638	-	5.890
Debêntures	-	3.064	-	5.352
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	10	-	3.798
Cotas FIDC / Outros	-	2.824	-	3.117
Investimentos em renda variável				
Investimentos no setor de energia	-	108.479	-	197.974
Investimentos no setor de alimentos e bebidas	-	43.865	-	100.626
Investimentos no setor aeroespacial	-	26.955	-	70.572
Investimentos no setor de mineração	-	2.055	-	5.279
investimentos em diversos setores da economia (*)	-	5.409	-	6.336
Investimentos em índice de mercado (IBRX-50)	-	-	-	11.202
Investimentos em imóveis	-	107.818	-	152.569
Empréstimos a participantes	-	26.955	-	23.524
Investimentos estruturados	-	4.516	-	3.167
Investimentos com valor de mercado não cotados em mercado ativo:				
Empréstimos a participantes	-	1.898	-	2.475
Total	529.485	2.178.182	56.690	2.647.155

(*) Investimentos em renda variável nos setores de petróleo, gás e biocombustível; telefonia; siderurgia e metalurgia; construção e engenharia; comércio e distribuição; transporte; madeira e papel; educação; serviços financeiros e instituições bancárias; imobiliário, entre outros.

n) Calendário de vencimentos dos pagamentos de benefícios futuros

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Planos de previdência pós-emprego	148.436	154.090	159.598	165.087	170.534	6.364.735	7.162.480
Planos de benefícios de saúde pós-emprego	36.838	38.741	31.993	28.381	31.160	3.174.646	3.341.759
Total	185.274	192.831	191.591	193.468	201.694	9.539.381	10.504.239

34) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Operações com Derivativos

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação aos objetos dessa cobertura.

Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting*.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Controladora / Consolidado					
	Valor de referência		Posição líquida a valor justo		Efeito acumulado do valor justo	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14	Valor a receber (a pagar)	31.12.15 31.12.14
Contratos de swaps						
<u>Ponta Ativa</u>						
<u>Moeda estrangeira</u>	1.652.802	12.427.490	2.141.243	13.530.830	457.351	759.118
US\$ (a) (b)	781.473	913.635	934.492	1.377.412	216.475	326.625
EUR (b)	89.118	85.671	92.566	87.018	2.735	690
LIBOR US\$ (a)	782.211	164.572	1.114.185	266.687	238.141	92.424
JPY	-	5.065	-	4.781	-	-
EUR (f)	-	11.258.547	-	11.794.932	-	339.379
<u>Taxa pós</u>	1.064.647	1.182.466	1.030.332	1.125.282	19.328	2.294
CDI (a) (b)	172.116	40.799	173.321	40.925	7	21
TJLP (d)	892.531	1.141.667	857.011	1.084.357	19.321	2.273
<u>Índices de inflação</u>	437.035	217.472	502.508	231.938	22.185	5.370
IPCA (c) (e)	209.051	217.472	239.099	231.938	16.248	5.370
IGPM (g)	227.984	-	263.409	-	5.937	-
<u>Ponta Passiva</u>						
<u>Taxa Pré</u>	-	(11.258.547)	-	(11.458.807)	-	(3.254)
NDF PRÉ (f)	-	(11.258.547)	-	(11.458.807)	-	(3.254)
<u>Taxa pós</u>	(2.853.704)	(2.358.445)	(2.935.269)	(2.396.771)	(228.982)	(41.714)
CDI (a) (b) (c) (d) (e) (g)	(2.853.704)	(2.358.445)	(2.935.269)	(2.396.771)	(228.982)	(41.714)
<u>Moeda estrangeira</u>	(300.781)	(210.118)	(474.057)	(312.834)	(5.125)	(2.176)
US\$ (b)	(161.692)	(25.444)	(167.318)	(25.935)	(4.472)	(491)
EUR (a) (b)	(10.424)	(20.102)	(10.612)	(20.247)	(143)	(7)
LIBOR US\$ (a)	(128.665)	(164.572)	(296.127)	(266.652)	(510)	(1.678)
Ponta ativa (circulante e não circulante)					498.864	766.782
Ponta passiva (circulante e não circulante)					(234.107)	(47.144)
Valores a receber, líquidos					264.757	719.638

(a) Swap de moeda estrangeira (dólar e Libor) x CDI (R\$1.712.838) – operações de swap contratadas com vencimentos variados, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia (valor contábil de R\$1.681.968).

(b) Swap de moeda estrangeira (Euro) (R\$82.090) e (CDI x Dólar) (R\$127.606) – operações de swaps contratadas com vencimentos até 11 de janeiro de 2016, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$81.109 em euro) e a receber (valor contábil de R\$128.325 em dólar).

(c) Swap IPCA x percentual do CDI (R\$32.000) – operações de swap contratadas com vencimentos anuais até 2019 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R\$33.464).

(d) Swap TJLP x CDI (R\$857.011) – operações de swap contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil de R\$1.227.724).

(e) Swap IPCA x CDI (R\$239.099) – operações de swap contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (valor contábil de R\$219.221).

(f) NDF EUR x R\$ e R\$ x EUR – operações a termo contratadas com vencimentos em 2015 com o objetivo de proteger a exposição em Euros da transação assumida na operação de aquisição da GVTPart..

(g) Swap IGPM x CDI (R\$263.409) – operações de swap contratadas com vencimentos de 2016 até 2018 com o objetivo de proteger o risco de variação do IGPDl em compromissos regulatórios vinculados a licença 4G.

A seguir detalhamos os saldos das operações com derivativos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Descrição	Controladora / Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Ponta Ativa				
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos em outros resultados abrangentes	296.127	12.061.619	296.127	12.061.619
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	11.794.932	-	11.794.932
<i>Swaps</i>	296.127	266.687	296.127	266.687
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos no resultado	3.377.956	2.826.431	3.377.956	2.826.431
<i>Fair Value Hedge</i>				
<i>Swaps</i>	3.064.789	2.595.685	3.064.789	2.595.685
Derivativos não designados como <i>hedge</i>				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	4.781	-	4.781
<i>Swaps</i>	313.167	225.965	313.167	225.965
Ativo circulante	1.066.746	13.282.083	1.066.746	13.282.083
Ativo não circulante	2.607.337	1.605.967	2.607.337	1.605.967
Descrição	Controladora / Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Ponta Passiva				
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos em outros resultados abrangentes	136.372	11.633.070	136.372	11.633.070
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	11.458.807	-	11.458.807
<i>Swaps</i>	136.372	174.263	136.372	174.263
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos no resultado	3.650.675	2.535.342	3.650.675	2.535.342
<i>Fair Value Hedge</i>				
<i>Swaps</i>	2.965.188	2.305.756	2.965.188	2.305.756
Contraprestação contingente	377.721	-	377.721	-
Derivativos não designados como <i>hedge</i>				
Contrato a termo de moeda estrangeira	-	5.271	-	5.271
<i>Swaps</i>	307.766	224.315	307.766	224.315
Passivo circulante	1.137.126	12.691.155	1.137.126	12.691.155
Passivo não circulante	2.649.921	1.477.257	2.649.921	1.477.257

A seguir demonstramos a distribuição dos vencimentos dos contratos de swap em 31 de dezembro de 2015:

Contrato de swap	Controladora / Consolidado				Valor a receber (pagar) em 31.12.15
	Vencimento em				
	2016	2017	2018	2019 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	(41.918)	180.651	93.023	56.952	288.708
CDI x Moeda Estrangeira	(4.609)	-	-	-	(4.609)
TJLP x CDI	(25.311)	(12.832)	7.762	11.547	(18.834)
IPCA x CDI	(2.164)	(2.418)	(2.229)	367	(6.444)
IGPM x CDI	3.621	2.006	309	-	5.936
Total	(70.381)	167.407	98.865	68.866	264.757

Para fins de preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI e TJLP x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$2.836 (R\$2.195 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as operações com derivativos geraram resultado positivo consolidado (líquido) de R\$899.059 e R\$98.329, respectivamente (nota 27).

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Controladora / Consolidado		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Operação	Risco			
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	1.087.850	1.383.307	1.689.024
Dívida em US\$	Dívidas (Risco valorização US\$)	(1.087.850)	(1.383.307)	(1.689.024)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	82.090	102.471	122.993
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(91.212)	(114.015)	(136.818)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	10.103	12.629	15.155
	Exposição Líquida	981	1.085	1.330
Hedge (ponta passiva)	Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(123.134)	(159.491)	(191.350)
Contas a pagar em US\$	Dívida (Risco valorização US\$)	(86.338)	(107.923)	(129.507)
Contas a receber em US\$	Dívida (Risco desvalorização US\$)	211.408	264.260	317.112
	Exposição Líquida	1.936	(3.154)	(3.745)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	231.530	251.797	279.976
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(231.740)	(252.025)	(280.229)
	Exposição Líquida	(210)	(228)	(253)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IGP-DI)	263.409	266.887	270.540
Dívida em IGP-DI	Dívidas (Risco aumento IGP-DI)	(263.381)	(266.887)	(270.540)
	Exposição Líquida	28	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	624.988	794.761	970.506
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(622.308)	(791.317)	(966.257)
	Exposição Líquida	2.680	3.444	4.249
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	857.011	897.700	942.359
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(857.053)	(897.746)	(942.409)
	Exposição Líquida	(42)	(46)	(50)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US\$ e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	43.485	43.483	43.482
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(245.543)	(245.604)	(245.659)
Hedge IGPM (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(257.472)	(257.472)	(257.472)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(317.217)	(321.369)	(325.100)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(875.845)	(876.579)	(877.250)
Hedge US\$ (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(1.109.355)	(1.109.016)	(1.108.734)
	Exposição Líquida	(2.761.947)	(2.766.557)	(2.770.733)
Exposição líquida total em cada cenário		(2.756.574)	(2.765.456)	(2.769.202)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(8.882)	(12.628)

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	3,9048	4,8810	5,8572
EUR	4,2512	5,3139	6,3767
JPY	0,0324	0,0405	0,0486
IPCA	10,73%	13,41%	16,09%
IGPM	10,54%	13,17%	15,81%
IGP-DI	10,67%	13,34%	16,00%
UMBND	0,0762	0,0952	0,1143
URTJLP	1,9812	2,4765	2,9718
CDI	14,14%	17,68%	21,21%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de hedge de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2015, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

b) Valor Justo

A Companhia e controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia ou controladas não identificaram reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Controladora						
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	Custo amortizado		4.206.595	3.835.304	4.206.595	3.835.304
Contas a receber, líquidas (nota 6)	Empréstimos e recebíveis		7.000.379	6.470.764	7.000.379	6.470.764
Operações com derivativos (nota 34)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.017	2.218	3.017	2.218
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	78.289	611.721	78.289	611.721
Não Circulante						
Contas a receber, líquidas (nota 6)	Empréstimos e recebíveis		217.621	190.288	217.621	190.288
Participações societárias (nota 12)	Disponível para venda	Nível 3	8.831.910	1.232.956	8.831.910	1.232.956
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	417.558	152.843	417.558	152.843
Total de ativos financeiros			20.755.369	12.496.094	20.755.369	12.496.094

Controladora						
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		7.496.947	7.675.632	7.496.947	7.675.632
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Custo amortizado		154.670	179.977	166.111	175.429
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.656.367	1.329.494	1.777.104	1.471.440
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		120.632	754.778	470.828	1.052.040
Debêntures (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	292	269	1.334	1.225
Operações com derivativos (nota 34)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	5.184	568	5.184	568
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	146.502	22.443	146.502	22.443
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Custo amortizado		187.176	480.823	180.895	456.246
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.577.090	1.642.303	2.366.597	1.443.509
Contraprestação contingente (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	377.721	-	377.721	-
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		3.299.010	3.298.515	2.942.969	2.992.531
Debêntures (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	124.780	113.101	98.862	84.738
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	82.421	24.133	82.421	24.133
Total de passivos financeiros			16.228.792	15.522.036	16.113.475	15.399.934

Consolidado						
Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	Custo amortizado		5.336.845	4.692.689	5.336.845	4.692.689
Contas a receber, líquidas (nota 6)	Empréstimos e recebíveis		8.285.319	6.724.061	8.285.319	6.724.061
Operações com derivativos (nota 34)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	3.017	2.218	3.017	2.218
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	78.289	611.721	78.289	611.721
Não Circulante						
Contas a receber, líquidas (nota 6)	Empréstimos e recebíveis		330.451	299.405	330.451	299.405
Participações societárias (nota 12)	Disponível para venda	Nível 3	101.161	79.805	101.161	79.805
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	417.558	152.843	417.558	152.843
Total de ativos financeiros			14.552.640	12.562.742	14.552.640	12.562.742

Consolidado						
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.15	31.12.14	31.12.15	31.12.14
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		8.373.235	7.641.191	8.373.235	7.641.191
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Custo amortizado		565.700	179.977	651.426	175.429
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.656.367	1.329.494	1.777.104	1.471.440
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		120.632	754.778	470.828	1.052.040
Debêntures (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	292	269	1.334	1.225
Operações com derivativos (nota 34)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	5.184	568	5.184	568
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	146.502	22.443	146.502	22.443
Não Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		67.742	-	67.742	-
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Custo amortizado		1.499.698	480.823	1.192.040	456.246
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.577.090	1.642.303	2.366.597	1.443.509
Debêntures (nota 21)	Custo amortizado		3.299.010	3.298.515	2.942.969	2.992.531
Debêntures (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	124.780	113.101	98.862	84.738
Contraprestação contingente (nota 21)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	377.721	-	377.721	-
Operações com derivativos (nota 34)	Cobertura	Nível 2	82.421	24.133	82.421	24.133
Total de passivos financeiros			18.896.374	15.487.595	18.553.965	15.365.493

c) Gestão de Capital

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro, contraprestação contingente (nota 21) e operações com derivativos (nota 34), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 5) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	31.12.15	31.12.14
Caixa e equivalentes de caixa	5.336.845	4.692.689
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e contraprestação contingente	(10.221.290)	(7.799.260)
Operações com derivativos, líquidas	264.757	719.638
Aplicações financeiras em garantia à dívida	38.805	60.454
Endividamento líquido	4.580.883	2.326.479
Patrimônio líquido	68.567.242	44.950.095
Índice de endividamento líquido	6,68%	5,18%

d) Política de Gestão de Riscos

A Companhia e controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

d.1) Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2015, 16,5% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira (15,9% em 31 de dezembro de 2014). A Companhia contrata operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.681.968 e R\$1.237.422 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$32.030 mil e €19.079 mil a pagar em 31 de dezembro de 2015 e US\$29.676 mil e €20.700 mil a pagar em 31 de dezembro de 2014) para minimizar seus riscos cambiais.

d.2) Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que, no mês de março de 2015, decidiu aumentar para 6,00% ao ano de 1º de abril até 30 de junho de 2015. A alta da TJLP foi de 0,50 ponto porcentual em relação à taxa que vigorava, de 5,50% ao ano. No decorrer de 2015, a TJLP foi elevada para 6,5% para o período de julho a setembro de 7,0% para o período de outubro a dezembro.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$5.103.103 (R\$4.628.679 em 31 de dezembro de 2014), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI.

Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

d.3) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia ou controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 21, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e controladas é efetuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir, demonstramos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, previstos em contratos:

Em 31.12.15	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 16)	8.373.235	-	-	67.742	8.440.977
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 21)	2.222.067	1.920.416	1.804.220	352.152	6.298.855
Contraprestação contingente (nota 21)	-	-	-	377.721	377.721
Debêntures (nota 21)	120.924	1.999.645	1.410.270	13.875	3.544.714
Operações com derivativos (nota 34)	151.686	64.692	4.157	13.572	234.107
Total	10.867.912	3.984.753	3.218.647	825.062	18.896.374

Em 31.12.14	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Fornecedores (nota 16)	7.641.191	-	-	-	7.641.191
Empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro (nota 21)	1.509.471	602.892	1.401.595	118.639	3.632.597
Debêntures (nota 21)	755.047	-	3.397.741	13.875	4.166.663
Operações com derivativos (nota 34)	23.011	11.617	8.560	3.956	47.144
Total	9.928.720	614.509	4.807.896	136.470	15.487.595

d.4) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

35) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e controladas alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* (estações rádio base e torres instaladas), por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2015, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	1.739.208	1.943.366
Um ano até cinco anos	6.091.342	6.694.687
Mais de cinco anos	6.440.557	6.939.976
Total	14.271.107	15.578.029

36) DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PRO FORMA (NÃO AUDITADAS OU REVISADAS)

Em atendimento à Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015 e ao disposto na Deliberação CVM nº 709 de 2 de maio de 2013, a Companhia apresenta a seguir, as demonstrações dos resultados consolidadas pro forma não auditadas ("DREs") referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, relacionadas com a aquisição da GVTPart..

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015

	Telefônica Brasil, consolidado para o exercício findo em 31.12.15	GVTPart. Consolidado para o período de quatro meses findos em 30.04.15	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Telefônica Brasil Pró Forma
Receita operacional líquida	40.286.815	1.899.812	-	(52.644)	42.133.983
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(20.345.076)	(991.472)	(51.759)	52.644	(21.335.663)
Lucro bruto	19.941.739	908.340	(51.759)	-	20.798.320
Receitas (despesas) operacionais	(14.702.141)	(564.946)	(136.696)	-	(15.403.783)
Despesas com comercialização	(12.005.477)	(407.697)	(131.171)	-	(12.544.345)
Despesas gerais e administrativas	(2.142.459)	(154.155)	-	-	(2.296.614)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(554.205)	(3.094)	(5.525)	-	(562.824)
Lucro operacional	5.239.598	343.394	(188.454)	-	5.394.538
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(848.178)	(260.520)	-	-	(1.108.698)
Resultado de equivalência patrimonial	2.036	-	-	-	2.036
Lucro antes dos tributos	4.393.456	82.874	(188.454)	-	4.287.876
Imposto de renda e contribuição social	(973.207)	(30.492)	47.100	-	(956.599)
Lucro líquido do exercício	3.420.249	52.382	(141.354)	-	3.331.277
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)					R\$ 2,10
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)					R\$ 2,30

Demonstração do Resultado Consolidada Pro Forma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014

	Telefônica Brasil consolidado	GVTPart consolidado	Ajustes Pro Forma	Eliminações	Telefônica Brasil Pró Forma
Receita operacional líquida	34.999.969	5.416.755	(20.090)	(178.425)	40.218.209
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(17.222.675)	(2.696.453)	(115.403)	178.425	(19.856.106)
Lucro bruto	17.777.294	2.720.302	(135.493)	-	20.362.103
Receitas (despesas) operacionais	(12.668.265)	(1.614.954)	(360.069)	-	(14.643.288)
Despesas com comercialização	(10.466.725)	(1.120.517)	(335.332)	-	(11.922.574)
Despesas gerais e administrativas	(1.803.803)	(452.963)	-	-	(2.256.766)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(397.737)	(41.474)	(24.737)	-	(463.948)
Lucro operacional	5.109.029	1.105.348	(495.562)	-	5.718.815
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(361.995)	(171.377)	-	-	(533.372)
Resultado de equivalência patrimonial	6.940	-	-	-	6.940
Lucro antes dos tributos	4.753.974	933.971	(495.562)	-	5.192.383
Imposto de renda e contribuição social	182.685	(302.594)	168.491	-	48.582
Lucro líquido do exercício	4.936.659	631.377	(327.071)	-	5.240.965
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)					R\$ 3,30
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)					R\$ 3,63

Notas Explicativas para as DREs

a) Base para elaboração das DREs

As informações contábeis históricas referentes à Companhia utilizadas na elaboração destas DREs, foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

As informações contábeis históricas referentes à GVTPart. utilizadas na elaboração destas DREs, foram obtidas a partir das demonstrações financeiras históricas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Estas informações financeiras *pro forma* devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas das companhias envolvidas.

As DREs refletem os efeitos da aquisição de 100% do capital social da GVTPart. e foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para fins informativos no pressuposto da aquisição da GVTPart. ter ocorrido em 1º de janeiro de 2014 e para os 4 meses findos em 30 de abril de 2015.

As DREs não devem ser utilizadas como indicativo de futuras demonstrações financeiras consolidadas ou interpretadas como demonstrações do resultado da Companhia.

b) Ajustes *pro forma*

As DREs foram elaboradas e apresentadas a partir das demonstrações financeiras históricas de cada sociedade e os ajustes *pro forma* foram determinados com base em premissas e estimativas, as quais acreditamos serem razoáveis.

Os ajustes demonstrados na demonstração dos resultados, refletem: i) depreciações da mais (menos) valia do ativo imobilizado; ii) amortizações da mais (menos) valia do ativo intangível; iii) amortizações da marca; iv) amortizações da carteira de clientes; v) imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) e; vi) eliminações entre as sociedades, conforme demonstrados a seguir:

	Grupo nas Demonstrações de Resultados	Exercício de 2015	Exercício de 2014
Depreciação de mais (menos) valia do ativo imobilizado adquirido	(a)	(8.367)	(25.100)
Amortização de mais (menos) valia do ativo intangível adquirido	(a)	(2.148)	(6.444)
Amortização da Marca	(b)	(13.111)	-
Amortização da Carteira de Clientes	(b)	(114.905)	(344.714)
Outros	(a) / (b)	(49.924)	(119.304)
Tributos diferidos (IR / CS)	(c)	47.100	168.491
Eliminações	(d)	52.644	178.425

(a) Valores alocados como "Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas";

(b) Valores alocados como "Despesas com Comercialização";

(c) Valores de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes;

(d) Valores alocados como "Receita Operacional Líquida e Custos dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas", basicamente relacionados a interconexão e uso de redes.

37) EVENTOS SUBSEQUENTES

Dividendos Intermediários deliberados pela TData

Em reunião realizada em 22 de janeiro de 2016, foi aprovada pela Diretoria da TData, *ad referendum* de sua Assembleia Geral, o crédito de dividendos com base no lucro líquido do exercício de 2015, no montante de R\$389.395, equivalente a R\$0,144000562635 por ação ordinária, em conformidade com o artigo 20 do Estatuto Social da TData.

O pagamento destes dividendos será realizado até o final do exercício social de 2016, em data a ser definida pela Diretoria, obedecida a posição acionária constante dos registros da TData ao final do dia 22 de janeiro de 2016, inclusive.

Prorrogação dos Repasses de Recursos à EAD (nota 1.b)

Em 22 de janeiro de 2016, o Ministério das Comunicações emitiu a Portaria nº 378, alterando o cronograma de transição analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para SBTVD-T, postergando o *switch off* na maioria das localidades.

Diante disso, o repasse dos recursos que seria realizado pela Companhia em 31 de janeiro de 2016, totalizando R\$403.260, foi prorrogado para 31 de janeiro de 2017, sendo este montante corrigido pelo IGP-DI até a nova data de repasse.

Juros sobre o Capital Próprio Intermediários deliberados pela Companhia

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2016, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2016, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R\$200.000, equivalente a R\$0,11107235782 por ação ordinária e R\$0,12217959361 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$170.000, equivalente a R\$0,09441150415 por ação ordinária e R\$0,10385265457 por ação preferencial, apurados com base no lucro líquido apresentado no balanço de 31 de janeiro de 2016.

O pagamento destes proventos será realizado até o final do exercício social de 2017, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 29 de janeiro de 2016, inclusive.